Jornal da Manhã

Editais e Atos Oficiais
Data: 24/06/2022

Assinatura Digital

COMPANHIA MINEIRA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL PARTICIPAÇÕES - CNPJ/ME 08.493.364/0001-62

Relatório da Administração

Uberaba, 03 de junho de 2022. Senhores Acionistas, A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações (CMAA), Companhia aberta registrada na CVM (categoria B), um dos maiores players de etanol, açúcar VHP e bioeletricidade no estado de Minas Gerais, apresenta os resultados consolidados do 4T22 – calendário Safra (período entre 01/04/2021 e 31/03/2022).

Mensagem da Administração - Na safra 21/22, mesmo com os fatores climáticos adversos observados no período com escassez de chuvas, incidência de geadas e queimadas, os resultados da Companhia foram positivos alavancados pela alta de preços das commodities e maior produção em relação à safra 20/21. Para a safra 22/23, mesmo com o cenário de alta de preços de commodities (açúcar e etanol), o setor sucroenergético terá alguns desafios em função da instabilidade econômica gerada principalmente pelo ano eleitoral no Brasil, pela alta de preço dos insumos e sua disponibilidade, sendo que parte desse impaacto está diretamente relacionado ao conflito entre Rússia e Ucrânia. Mesmo com o cenário atual de instabilidade econômica, seguimos confiantes no crescimento da Companhia e dos seus resultados para a safra 22/23. Com avanço da vacinação contra o coronavírus, as atividades da Companhia retomaram a normalidade e o Grupo CMAA continua priorizando as diversas medidas sanitárias. Seguimos focados no compromisso com a vida e a segurança das nossas pessoas e seus familiares atuando de forma ágil para mitigar os efeitos adversos da atual conjuntura, sem deixar de manter o negócio e as atividades em pleno funcionamento. Na safra 2021/2022, segundo dados divulgados pela UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), as usinas da região Centro-Sul processaram 523,11 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, quantidade que representa uma retração de 13,6% frente à safra 2020/2021, principalmente atribuídos aos fatores climáticos adversos observados no período, com escassez de chuvas e incidência de geadas. Priorizando a produção de açúcar a fim de maximizar o resultado bem como aproveitar os níveis de preços fixados antecipadamente, a CMAA registrou produção de 572,5 mil toneladas de açúcar na safra 2021/2022, volume 16,5% superior ao reportado na safra anterior. As vendas de açúcar apresentaram um aumento de 10,3%, totalizando 563,2 mil toneladas. Já a produção de etanol anidro foi 49,3% maior, já a de etanol hidratado apresentou uma redução de 0,3% considerando o mesmo período de comparação. Nesse sentido, as vendas de etanol anidro tiveram aumento de 10,7%, e as vendas de hidratado apresentaram redução de 8,2%. Na safra 2021/2022, a receita líquida da Companhia foi superior em 30,7% frente ao mesmo período do ano anterior, ao somar R$ 1.797,7 milhões. Assim, o custo dos produtos vendidos em relação a receita líquida foi 0,7 p.p. inferior enquanto as despesas operacionais, que totalizaram R$ 160,6 milhões, ficaram 65% maior ao registrado no mesmo período da safra anterior. Para a safra 2022/2023, manteremos a estratégia de maximização da capacidade instalada, com a expansão do plantio da cana e aumento da eficiência, aumentando nosso rigor quanto ao controle e gerenciamento de custos bem como sendo criteriosos no investimento em capex em virtude dos desafios econômicos que já temos percebido envolvendo inflação de custos e escassez de produtos em geral. Em meio a um cenário extremamente desafiador, também mantemos o foco em nossas pessoas a fim de garantir sua integridade e condições ideais de trabalho. Por fim, seguimos comprometidos para o fortalecimento do agronegócio no País e criando valor aos nossos acionistas e toda a sociedade. É valido ainda ressaltar que a Usina Canápolis, foi incorporada ao Grupo CMAA a partir de 30 de setembro de 2020, ou seja, nos números aqui reportados até 2T21, a CMAA era composta apenas pelas Usinas Vale do Tijuco e Vale do Pontal.

Destaques 4T22 x 4T21 - Processamento de 7.936,5 mil toneladas de cana na safra 2021/2022, 15,1% superior ao volume processado durante o mesmo período da safra anterior. Na safra foram produzidos: 572,5 mil toneladas de açúcar VHP, 316,8 mil m³ de etanol e 359,5 mil MWh de energia. **Receita líquida** de R$ 1.797,7 milhões na safra 2021/2022, 30,7% maior do que os R$ 1.375,0 milhões auferidos no mesmo período do ano anterior. **Resultado Operacional*** de R$ 379,1 milhões na safra 2021/2022, 23,9% maior do que os R$ 305,9 milhões auferidos no mesmo período do ano anterior. **Lucro Líquido** de R$ 195,1 milhões na safra 2021/2022, 8,6% maior do que os R$ 176,2 milhões auferidos no mesmo período do ano anterior. *O Resultado Operacional equivale ao Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social conforme apresentado na DRE.

Sobre o Grupo CMAA - A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações, com sede em Uberaba/MG, é controladora da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S/A. (Vale do Tijuco), Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda. (Vale do Pontal) e Canápolis Açúcar e Etanol S/A. (Usina Canápolis). As três unidades estão localizadas na região conhecida como Triângulo Mineiro e produzem açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia (Usina Canápolis apenas para consumo), bem como os subprodutos óleo fusel e bagaço de cana. A Vale do Tijuco, cujas operações tiveram início em abril de 2010, possui capacidade de moagem aproximada de 5,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano. Na Vale do Pontal, as atividades tiveram início em maio de 2016 e a empresa passou a fazer parte do Grupo em julho de 2018. A capacidade de moagem em suas instalações é de cerca de 2,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano. A Usina Canápolis iniciou as suas atividades em maio 2020 e passou a fazer parte do Grupo CMAA em 30 de setembro 2020, com uma capacidade de moagem atual de 2,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano. No final da safra 2021/2022, a moagem no Grupo CMAA totalizou 7,9 milhões de toneladas de cana de açúcar, sendo produzidas 572,5 mil toneladas de açúcar VHP, 316,8 mil m³ de etanol e 359,5 mil MWH de energia.

Desempenho Operacional - Na safra 2021/2022 foram processadas 7.936,5 mil toneladas de cana, crescimento de 15,1% na comparação com as 6.894,2 mil toneladas da safra 2020/2021. A cana processada com origem de terceiros foi 1,0% menor, totalizando 4.169,7mil toneladas e representando 52,5% do total de cana processada. No início da safra 2021/2022, mantendo a tendência observada na safra anterior, a Companhia priorizou a produção de açúcar em função das fixações futuras realizadas na safra anterior. Os volumes de energia elétrica no quadro abaixo, demonstram o desempenho da Companhia com a geração e venda de energia própria. A quantidade de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) atingiu 137,5 kg/t na safra 2021/2022, 0,2% maior se comparado ao 137,2 kg/t verificado na safra 2020/2021.

DADOS OPERACIONAIS CMAA – CONSOLIDADO	12M22	12M21	Var. (%)
Cana Processada (mil toneladas)	7.936,5	6.894,2	15,1%
Própria	3.766,8	2.683,0	40,4%
Terceiros	4.169,7	4.211,1	-1,0%
Colheita mecanizada	100%	100%	0,0%
ATR (kg/ton de cana)	137,5	137,2	0,2%
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	572,5	491,4	16,5%
Etanol anidro (mil m³)	128,6	86,1	49,3%
Etanol hidratado (mil m³)	188,2	188,7	-0,3%
Energia (mil mwh)	359,5	403,3	-10,9%
Vendas			
Açúcar (mil toneladas)	563,2	510,5	10,3%
Etanol anidro (mil m³)	104,3	94,2	10,7%
Etanol hidratado (mil m³)	206,7	225,2	-8,2%
Energia (mil mwh)	353,2	396,1	-10,8%
CBIOS (mil unidades)	241,7	254,8	-5,2%
Estoques			
Açúcar (Mil toneladas)	5,5	1,3	323,1%
Etanol anidro (mil m³)	6,2	2,9	113,8%
Etanol hidratado (mil m³)	2,1	1,4	50%

A produção de açúcar na safra 2021/2022 foi de 572,5 mil toneladas, com crescimento de 16,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A produção de etanol anidro alcançou 128,6 mil m3, aumento de 49,3% ao mesmo período do ano anterior, enquanto a produção de etanol hidratado totalizou 188,2 mil m3, redução de 0,3% considerando o mesmo período do ano anterior. Na safra 2021/2022 a geração de bioenergia apresentou redução de 10,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 403,3 mil MWh para 359,5 mil MWh.

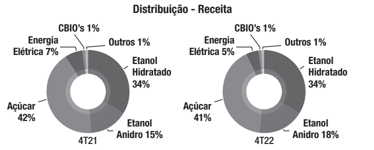
Desempenho Econômico-Financeiro

CMAA – CONSOLIDADO Em milhares de reais	12M22	12M21	Var. (%)
Receita bruta	1.933.365	1.489.052	29,8%
Receita líquida	**1.797.711**	**1.375.005**	**30,7%**
Custo das vendas e serviços	-1.258.042	-971.786	29,5%
% Em relação à receita líquida	70,0%	70,7%	-0,7%
Lucro bruto	**539.669**	**403.219**	**33,8%**
Margem bruta (%)	30,0%	29,3%	2,4%
Despesas operacionais	-160.605	-97.315	65,0%
Resultado operacional	**379.064**	**305.904**	**23,9%**
Margem operacional (%)	21,1%	22,2%	-1,2%
Depreciação e amortização	542.850	358.632	51,4%
Lucro líquido	**195.085**	**176.161**	**8,6%**
Margem líquida (%)	**10,8%**	**12,8%**	**-2,2%**

Na safra 2021/2022, a CMAA registrou lucro líquido de R$ 195,1 milhões, resultado 8,6% superior aos R$ 176,2 milhões de lucro líquido do mesmo período do ano anterior. A margem líquida foi 10,8% ante 12,8% no mesmo período de comparação.

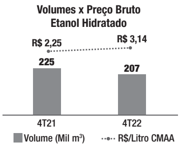
Receita

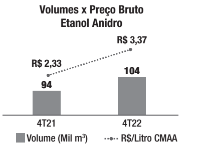
Receita Bruta Em milhares de reais	12M22	12M21	Var. (%)
Mercado interno	**1.107.855**	**859.528**	**28,9%**
Etanol hidratado	711.077	505.802	40,6%
Etanol anidro	324.114	219.802	47,5%
Hedge accounting etanol	-96.918	-	-
Açúcar VHP	33.067	1.842	1.695,2%
Energia elétrica	107.515	102.450	4,9%
Cbios	12.520	9.147	36,9%
Outros	16.482	20.485	-19,5%
Mercado externo	**825.507**	**629.524**	**31,1%**
Açúcar VHP	990.281	734.777	34,8%
Hedge accounting açúcar VHP	-227.703	-105.253	116,3%
Etanol	62.929	-	-
Receita bruta total	**1.933.365**	**1.489.052**	**29,8%**
Etanol hidratado	650.200	505.802	28,5%
Etanol anidro	351.003	219.802	59,7%
Açúcar	795.645	631.366	26,0%
Energia elétrica	107.515	102.450	4,9%
Cbios	12.520	9.147	36,9%
Outros	16.482	20.485	-19,5%



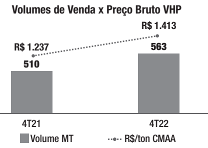
Na safra 2021/2022 a participação de cada produto perante o total da receita ficou em linha com a safra anterior, considerando o mesmo período comparativo. A receita bruta referente à venda de etanol teve um aumento de cerca de 38,0%, já a receita bruta referente à venda de açúcar aumentou cerca de 26,0%, enquanto a receita com venda de energia elétrica também aumentou 4,9% em relação à safra 2020/2021.

Etanol - Impulsionados pelo alta no preço do açúcar no mercado externo, pela menor oferta de etanol hidratado e anidro e a alta nos preços da gasolina, os preços da safra 2021/2022 apresentaram forte alta atingindo níveis recordes historicamente. Visando capturar esse momento, a CMAA comercializou 206,7 mil m³ de etanol hidratado, que representa uma redução de 8,2% em relação à safra anterior, com um preço médio de R$ 3,14 / litro, superior a safra 2020/2021 de R$ 2,25 / litro. Já o etanol anidro, foram comercializados 104,3 mil m³ na safra 2021/2022, que representa um aumento de 10,7% em relação ao volume comercializado na safra anterior, com um preço médio de R$ 3,37 / litro, superior a safra 2020/2021 de R$ 2,33 / litro.





A CMAA priorizou a sua produção de açúcar na safra 2021/2022, a fim de atender ao volume de fixação futura realizados na safra anterior. Foram vendidas 563,2 mil toneladas que representa um aumento de 10,3% em relação à safra 2020/2021, com um preço bruto maior em 14,2% de R$ 1.413 / ton.
Nesse preço consta o efeito do Hedge Accounting realizado no período.



Custo dos Produtos Vendidos

CPV Em milhares de reais	12M22	12M21	Var. (%)
Amortização tratos	113.713	82.906	37,2%
Amortização do plantio	**93.620**	**51.754**	**80,9%**
Compra de cana fornecedor na esteira	517.331	415.725	24,4%
Amortização do direito de uso e parcerias agrícolas	125.971	72.281	74,3%
Depreciação	**69.163**	**62.817**	**10,1%**
Amortização de entressafra	132.983	84.870	56,7%
Custos com corte, carregamento e transporte (CCT)	190.128	165.446	14,9%
Custos industriais	97.947	104.792	-6,5%
Custo de serviços prestados	20.081	9.578	109,7%
Outros custos	726	4.800	-84,9%
Variação do valor justo de ativos biológicos	-51.947	-39.464	31,6%
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	-51.674	-43.719	18,2%
Total do custo das vendas e serviços	**1.258.042**	**971.786**	**29,5%**
Abertura por produto			
Açúcar	639.298	487.949	31,0%
Etanol	623.624	474.668	31,4%
Energia	14.977	16.313	-8,2%
Outros	-19.857	-7.143	178%
Total do custo das vendas e serviços	**1.258.042**	**971.786**	**29,5%**
Atr vendido ('000 tons)	1.056	1.013	4,3%
Custo Unit.(CPV Açúcar e Etanol/ATR)	1.196	951	25,8%

O custo dos produtos vendidos na safra 2021/2022 apresentaram alta de 29,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior em função incorporação da Canápolis ao Grupo CMAA em 30 de setembro de 2020 e pelo aumento nos volumes de açúcar, etanol e energias negociados no referido período. Outro fator relevante para este aumento nos custos deu-se pelo reflexo dos preços de venda do açúcar e etanol no preço do ATR que remunera a matérias prima (cana-de-açúcar) nos contratos de fornecimento e parceria agrícola. Quando se compara o custo unitário de açúcar/etanol sobre o ATR vendido, houve um aumento de 20,6% perante a safra anterior.

Despesas Operacionais - As despesas com vendas da Companhia atingiram de R$ 128,7 milhões na safra 2021/2022, 49,2% maior ao registrado na safra 2020/2021, devido ao maior volume de venda de açúcar VHP que foi 26,0% maior em relação ao mesmo período da safra anterior e pela alta dos preços dos fretes rodoferroviários.

Despesas com Vendas Em milhares de reais	12M22	12M21	Var. (%)
Fretes e carretos	**100.361**	**68.397**	**46,7%**
Tarifas decorrentes da distribuição de energia elétrica	7.919	5.489	44,3%
Despesas com pessoal	5.026	3.736	34,5%
Outras despesas comerciais	12.564	6.796	84,9%
Depreciação e amortização	2.907	1.918	51,6%
Total geral	**128.777**	**86.336**	**49,2%**

Já as despesas administrativas apresentaram aumento de 42,0% na safra 2021/2022 na comparação com safra anterior, principalmente devido ao aumento de despesas com pessoal em função da maior quantidade média mensal de trabalhadores no departamento administrativo e maiores despesas com serviços de terceiros, reflexo de maiores gastos com consultorias/assessorias e licenças de uso de softwares. Esse aumento das despesas administrativas na safra 2021/2022 está relacionado às medidas adotadas para enfrentamento do Covid 19 e à adequação da estrutura devido crescimento do Grupo CMAA.

Despesas Administrativas Em milhares de reais	12M22	12M21	Var. (%)
Despesas com pessoal	24.971	20.505	21,8%
Serviços de terceiros	19.635	12.713	54,4%
Outras despesas administrativas	8.741	5.419	61,3%
Depreciação e amortização	4.493	2.086	115,4%
Total geral	**57.840**	**40.723**	**42,0%**

Resultado Financeiro e Endividamento Bancário

Resultado Financeiro Líquido Em milhares de reais	12M22	12M21	Var. (%)
Receitas financeiras	238.875	228.351	4,6%
Despesas financeiras	-477.739	-332.115	43,8%
Total geral	**-238.864**	**-103.764**	**130,2%**

O resultado financeiro líquido apurado acumulado na safra 2021/2022 foi negativo de R$ 238,9 milhões, 130,2% pior que os R$ 103,8 milhões negativos reportados na safra anterior, impactados principalmente pela alta da taxa de juros e pelo impacto da Usina Canápolis nos números consolidados do Grupo. As receitas financeiras registraram um aumento de 4,6% na safra 2021/2022 comparado ao ano anterior, enquanto as despesas financeiras apresentaram aumento de 43,8% no mesmo período.

Abertura Resultado Financeiro Em milhares de reais	12M22	12M21	Var. (%)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-161.715	-87.975	83,8%
Rendimentos sobre aplicações financeiras	18.421	6.020	206%
Ganho/Perdas com ajuste a valor justo - derivativos	-7.936	35.424	-122,4%
IOF	-7.642	-6.127	24,7%
Resultado da variação cambial	19.465	-8.974	-316,9%
Tarifas bancárias	-11.733	-11.882	-1,3%
Outras receitas e despesas financeiras	-14.869	-5.020	196,2%
Ajuste a valor presente arrendamentos	-72.855	-25.230	188,8%
Total geral	**-238.864**	**-103.764**	**130,2%**

Endividamento Em milhares de reais	12M22	12M21	Var. (%)
ACC/CCE/NCE	148.111	167.737	-11,7%
FINAME	174.300	151.771	14,8%
Capital de giro	128.536	151.772	-15,3%
CRA	1.299.735	742.277	75,1%
Despesas diferidas	-48.084	-24.857	93,4%
Dívida bruta total	**1.702.598**	**1.188.700**	**43,2%**
Disponibilidades	900.795	526.241	71,2%
Dívida líquida	**801.803**	**662.459**	**21,0%**
Capital social	503.892	503.892	0,0%
Cana processada (mil toneladas)	7.936	6.894	15,1%
EBITDA	866.410	625.091	38,6%
Índice (Dívida líq. / Capital Social)	**1,59**	**1,31**	**21,4%**
Índice (Dívida líq. / Cana Processada - mil ton.)	**101,0**	**96,1**	**5,1%**
Índice (Dívida líq. / EBITDA)	**0,93**	**1,06**	**-12,3%**

O endividamento líquido atingiu o montante de R$ 801,8 milhões em 31 de março de 2022, 21,0% maior que o registrado em 31 de março de 2021. Esse aumento se deve basicamente a incorporação da Usina Canápolis na CMAA em 30 de setembro de 2020 e aos investimentos realizados para o constante crescimento da companhia, que consequentemente ocasionou a necessidade de novas captações.

Relacionamentos com os auditores independentes - Conforme Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício de 2022, a Companhia não contratou seus auditores independentes, a Ernst Young Auditores Independentes, para prestação de outro serviço que não o de auditoria externa.

Balanços patrimoniais Em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021 - (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/03/2022	Controladora 31/03/2021	Consolidado 31/03/2022	Consolidado 31/03/2021
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	**14**	261	**891.989**	512.176
Aplicações financeiras	9	-	-	**6.481**	5.168
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	**8.850**	-	**53.591**	66.550
Arrendamentos a receber	11	-	-	**84.430**	88.145
Estoques	12	-	-	**91.878**	51.309
Ativo biológico	13	-	-	**300.813**	188.988
Impostos e contribuições a recuperar	14	**190**	190	**38.588**	34.093
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	15	-	89	**14.443**	18.128
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	**52.962**	1.047
Total do ativo circulante		**9.054**	540	**1.535.175**	965.604
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	9	-	-	**2.325**	8.897
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	-	50.659	**43.285**	59.251
Arrendamentos a receber	11	-	-	**412.584**	228.642
Impostos e contribuições a recuperar	14	**66**	66	**26.570**	29.360
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	15	-	-	-	1.283
Depósitos judiciais		**11**	50	**1.060**	1.696
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	**176.247**	68.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	**216.911**	217.347
Investimentos	16	**445.067**	219.802	**9.514**	4.927
Imobilizado	17	-	-	**1.283.474**	1.186.843
Intangível		-	1.298	**6.384**	8.729
Direito de uso	18	-	-	**1.025.033**	507.368
Total do ativo não circulante		**445.144**	271.875	**3.203.387**	2.322.878
Total do ativo		**454.198**	272.415	**4.738.562**	3.288.482

	Nota	Controladora 31/03/2022	Controladora 31/03/2021	Consolidado 31/03/2022	Consolidado 31/03/2021
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	**226.576**	252.656
Fornecedores e outras contas a pagar	20	**337**	67	**230.296**	223.562
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	21	-	-	**270.000**	126.172
Adiantamento de clientes	22	-	-	**218.854**	78.454
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	**400.520**	296.409
Provisões e encargos trabalhistas		-	-	**46.160**	36.133
Obrigações fiscais		**6.441**	6.509	**28.155**	20.054
Outros passivos		-	236	**67**	1.023
Total do passivo circulante		**6.778**	6.812	**1.420.628**	1.034.463
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	**1.476.021**	936.044
Fornecedores e outras contas a pagar	20	-	-	**798**	1.748
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	21	-	-	**1.215.939**	620.000
Adiantamento de clientes	22	-	-	**35.027**	157.070
Provisões para demandas judiciais	23	-	-	**1.459**	2.228
Empréstimos com partes relacionadas	31	**1.337**	1.961	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	**142.607**	269.858
Outros passivos		-	-	-	3.429
Total do passivo não circulante		**1.337**	1.961	**2.871.851**	1.990.377
Patrimônio líquido	24				
Capital social		**503.892**	503.892	**503.892**	503.892
Reserva de capital		**4.164**	4.164	**4.164**	4.164
Reservas de lucros		**246.659**	111.567	**246.659**	111.567
Ajuste de avaliação patrimonial		**(308.632)**	(355.981)	**(308.632)**	(355.981)
Total do patrimônio líquido		**446.083**	263.642	**446.083**	263.642
Total do passivo e patrimônio líquido		**454.198**	272.415	**4.738.562**	3.288.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Saldo em 1º de abril de 2020	379.239	4.164	-	-	(45.492)	(64.680)	273.231
Aumento de capital	124.653	-	-	-	-	-	124.653
Perdas líquidas de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(310.095)	-	(310.095)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	176.161	176.161
Constituição de reserva legal	-	-	8.808	-	-	(8.808)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	102.759	-	(102.759)	-
Passivo atuarial - plano de saúde	-	-	-	-	(394)	-	(394)
Variação do patrimônio líquido adquirido	-	-	-	-	-	86	86
Saldos em 31 de março de 2021	503.892	4.164	8.808	102.759	(355.981)	-	263.642
Saldo em 1º de abril de 2021	503.892	4.164	8.808	102.759	(355.981)	-	263.642
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	46.988	-	46.988
Distribuição de dividendos	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	195.085	195.085
Ajustes de equivalência patrimonial em investidas	-	-	-	(2)	(1)	9	6
Constituição de reserva legal	-	-	9.754	-	-	(9.754)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	185.340	-	(185.340)	-
Passivo atuarial - plano de saúde	-	-	-	-	362	-	362
Saldos em 31 de março de 2022	503.892	4.164	18.562	228.097	(308.632)	-	446.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de março de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações ("Companhia", "Grupo" ou "Grupo CMAA") está localizada na Rodovia BR 050 (KM 116) - Área Rural de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, é uma sociedade por ações que tem como objeto a participação em outras sociedades que produzam, comercializam e exportam açúcar, etanol, energia, CBIOs e outros derivados do processamento de cana-de-açúcar. A Companhia obteve seu registro de capital aberto em 4 de março de 2009 na categoria B, por meio do ofício CVM/SEP/RIC Nº 001/2009, para negociação de ações ordinárias no mercado de balcão não organizado. A Companhia é controlada em conjunto, por meio da celebração de acordo de acionista entre, a Ifar Brazil Pte Ltd., JF Investimentos S.A, Marseille Fundo de Investimentos em Participações. Ápia SP Participações S.A. e Rio Grande Investment PTE. LTD. A Companhia é controladora das seguintes empresas: • Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. ("Vale do Tijuco") • Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda. ("Vale do Pontal") • Canápolis Açúcar e Etanol S.A. ("Usina Canápolis") • Ituiutaba Energia Renovável Ltda. ("Ituiutaba Energia") A controlada Vale do Tijuco teve suas operações iniciadas em 12 de abril de 2010. A planta industrial da Vale do Tijuco possui capacidade de moagem aproximada de 5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana. A controlada Vale do Pontal é uma empresa de capital fechado que teve suas operações iniciadas em 01 de julho de 2006 e passou a ser controlada pelo Grupo CMAA em 01 de julho de 2018. A planta industrial da Vale do Pontal possui capacidade de moagem aproximada para 2,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana. A controlada Usina Canápolis teve suas operações de moagem iniciadas em 15 de maio de 2020 e passou a fazer parte do Grupo CMAA por meio de uma de reorganização societária, a partir de 30 de setembro de 2020. Sua planta industrial possui capacidade de moagem aproximada de 2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana. A Controlada Ituiutaba Energia ainda encontra-se em período pré-operacional, passou a fazer parte do Grupo CMAA em 01 de janeiro de 2022 e foi constituída com a finalidade de gerar e comercializar energia elétrica através da utilização da queima de bagaço da cana-de-açúcar. CBIOS - RenovaBio - Em 31 de março de 2022, a Companhia não possuía CBIOS emitidos e não comercializados. Durante o exercício findo em 31 de março de 2022, foram comercializados 241.678 mil CBIOS, classificados na receita líquida. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. O RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis, instituída pela Lei nº 13.576/2017, sendo o principal objetivo o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Guerra entre Rússia e Ucrânia - A guerra no leste europeu envolvendo Rússia e Ucrânia, tem impacto relevante no mercado internacional. Como a Rússia é um dos maiores produtores mundiais de petróleo e importante produtor dos insumos base para fertilizantes, com destaque para Fósforo, Nitrato e Potássio, o conflito ocasiona forte impacto de aumento nos preços mundiais desses produtos. A CMAA tomou ações e iniciativas com certa rapidez assim que foram noticiados os primeiros conflitos nessa região, com objetivo de mitigar os efeitos e riscos, principalmente na continuidade das operações agrícolas. Para tanto, foram comprados e armazenados adubos, fertilizantes e alguns herbicidas em volumes suficientes para o plantio em andamento naquele momento, bem como para os tratos culturais do canavial na safra 22/23. Além disso, para diminuição dos riscos de oferta de tais produtos, a Companhia tem desenvolvido novas alternativas agronômicas de produtos substitutos, bem como o monitoramento dos movimentos do mercado internacional destas commodities. A Administração avalia que o aumento dos custos dos fertilizantes e do petróleo observados atualmente no mercado, decorrente do efeito da guerra, não causaram impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Efeitos do COVID-19 - A Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes e os principais efeitos da pandemia do COVID-19 nos resultados operacionais são: i) Continuidade operacional: as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo divulgadas considerando a premissa de continuidade operacional de seus negócios. ii) Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa: as perdas pela redução ao valor recuperável associada ao risco de crédito sobre os ativos financeiros são calculadas com base na expectativa futura de perda, considerando a situação individual dos clientes. Considerando que a Companhia opera majoritariamente com grandes tradings e pagamentos antecipados, principalmente para as vendas de etanol, não houve reconhecimento de perdas relevantes devido ao COVID-19. iii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: a Companhia avaliou indicativos de uma perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e concluiu que o valor em uso de sua unidade geradora de caixa continua sendo significativamente superior ao seu valor contábil. iv) Redução ao valor realizável de estoques: a Companhia utiliza o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, líquido das despesas de venda, como premissa do valor realizável líquido. Sendo assim, conforme curva dos preços no Brasil, que em todo o período vem sendo impactos pela oscilação do consumo frente as medidas de isolamento social, não resultaram para 31 de março de 2022 em perda estimada com a realização de estoques. v) Arrendamentos e parcerias agrícolas: não houve alterações nos montantes anteriormente registrados como ativo de direito de uso ou passivo de arrendamento e parcerias agrícolas como consequência de modificação contratual decorrente do COVID-19. vi) Investimentos de capital: a Companhia adotou a estratégia de investimento para ampliação da capacidade de armazenamento do Grupo e, desta forma, conseguiu assegurar o funcionamento normal das plantas industriais, e reduzir o impacto nos preços durante a pandemia. Com base nos fatos mencionados anteriormente, a Companhia entende que não há considerações adicionais a serem realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de março de 2022.

2. Entidades do Grupo - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), listadas a seguir:

Controladas	País	Percentual de participação 2022	Percentual de participação 2021
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. (Vale do Tijuco)	Brasil	100%	100%
Vale do Pontal Açúcar e Álcool Ltda. (Vale do Pontal)	Brasil	100%	100%
Usina Canápolis Açúcar e Etanol S.A. (Canápolis)	Brasil	100%	100%
Ituiutaba Energia Renovável Ltda. (Ituiutaba Energia)	Brasil	100%	-

3. Base de preparação - 3.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Administração da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2022 foi autorizada pela diretoria em 03 de junho de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos - Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas - As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas explicativas nº 10 e 25 - realização do contas a receber e outros recebíveis; • Nota explicativa nº 12 - provisão para obsolescência dos estoques; • Nota explicativa nº 17 - vida útil dos ativos imobilizados; • Nota explicativa nº 18 - amortização do direito de uso; • Nota explicativa nº 21 - taxa desconto para cálculo dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar; • Nota explicativa nº 23 - reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • Nota explicativa nº 26 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: estimativa de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Mensuração do valor justo - Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, em reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	**1.933.365**	1.489.052
Outras receitas	**87**	555	**33.887**	49.888
	87	555	**1.967.252**	1.538.940
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	**(641.082)**	(450.017)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(1.461)**	(2.817)	**(187.390)**	(152.036)
Outros	**(3.755)**	-	**(6.498)**	(17.952)
	(5.216)	(2.817)	**(834.970)**	(620.005)
Valor adicionado bruto	**(5.129)**	(2.262)	**1.132.282**	918.935
Depreciação e amortização	**(1.275)**	-	**(542.850)**	(358.632)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**(6.404)**	(2.262)	**589.432**	560.303
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**201.600**	179.825	**203**	(19)
Receitas financeiras	**1**	2	**238.875**	228.351
Valor adicionado total a distribuir	**195.197**	177.565	**828.510**	788.635
Pessoal	-	-	**130.740**	119.365
Remuneração direta	-	-	**91.210**	83.543
Benefícios	-	-	**34.200**	30.854
FGTS	-	-	**5.330**	4.968
Impostos, taxas e contribuições	-	86	**25.467**	104.496
Federais	-	18	**(8.266)**	73.772
Estaduais	-	18	**33.700**	20.863
Outros tributos	-	50	**33**	9.861
Remuneração de capitais de terceiros	**112**	1.318	**477.218**	388.613
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	**161.715**	87.975
Variação cambial e despesa com derivativos	-	-	**165.077**	165.881
Aluguéis	-	-	**108.543**	55.492
Outras	**112**	1.318	**41.883**	79.265
Remuneração de capitais próprios	**195.085**	176.161	**195.085**	176.161
Lucro líquido do exercício	**195.085**	176.161	**195.085**	176.161
Valor adicionado distribuído	**195.197**	177.565	**828.510**	788.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, em reais)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida	27	-	-	**1.797.711**	1.375.005
Custo das vendas e serviços	28	-	-	**(1.258.042)**	(971.786)
Lucro bruto		-	-	**539.669**	403.219
Despesas com vendas	28	-	-	**(128.777)**	(86.336)
Despesas administrativas	28	**(2.724)**	(2.851)	**(57.840)**	(40.723)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	**(3.681)**	520	**25.809**	29.763
Resultado de equivalência patrimonial	16	**201.600**	179.825	**203**	(19)
		195.195	177.494	**(160.605)**	(97.315)
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social		**195.195**	177.494	**379.064**	305.904
Despesas financeiras	29	**(112)**	(1.335)	**(477.739)**	(332.115)
Receitas financeiras	29	**2**	2	**238.875**	228.351
Resultado financeiro		**(110)**	(1.333)	**(238.864)**	(103.764)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**195.085**	176.161	**140.200**	202.140
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	-	-	**(6.206)**	(21.900)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	-	-	**61.091**	(4.079)
		-	-	**54.885**	(25.979)
		195.085	176.161	**195.085**	176.161
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais)	30	**0,1550**	0,1517	**0,1550**	0,1517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, em reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	**195.085**	176.161	**195.085**	176.161
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:				
Perdas líquidas de hedge de fluxo de caixa - efetivas	-	-	**(72.085)**	-
Ganho (perdas) líquidas de hedge de fluxo de caixa - futuras	-	-	**180.414**	(469.841)
Passivo atuarial - plano de saúde	-	-	**548**	(598)
Efeitos fiscais sobre ganhos (perdas) de hedge futuras e passivo atuarial	-	-	**(61.527)**	159.949
Equivalência patrimonial decorrente dos efeitos nas controladas	**47.350**	(310.490)	-	-
Resultado abrangente total	**242.435**	(134.329)	**242.435**	(134.329)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**195.085**	176.161	**140.200**	202.140
Ajustes para conciliar o resultado:				
Juros sobre arrendamentos	-	-	**72.855**	25.230
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	**(51.947)**	(39.464)
Depreciação e amortização	-	-	**542.850**	358.632
Resultado de equivalência patrimonial	**(201.600)**	(179.825)	**(203)**	19
Resultado na alienação de ativo imobilizado	-	-	**10.140**	(1.851)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	**161.715**	87.975
Juros e IOF de operações com partes relacionadas	-	-	**6.041**	(2.544)
Variação cambial e correção monetária	-	-	**(22.349)**	52.260
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros derivativos	-	-	**(17.199)**	(42.718)
Reversão de provisão para perdas esperadas	-	-	**(1.339)**	1.326
Provisão (reversão) de provisão de obsolescência	-	-	**409**	(2.838)
Provisão para demandas judiciais	-	-	**(769)**	1.629
Variação cambial e correção monetária de clientes	-	-	**(1.488)**	-
Receita com perdão de dívidas	-	-	-	(22.929)
Atualização de outros investimentos	-	-	**(4.384)**	-
Baixa de ativos intangíveis	**4.922**	-	**5.410**	-
Baixa dos contratos de arrendamento e aluguéis	-	-	**(10.347)**	-
Reversão de passivo atuarial	-	-	**(2.148)**	-
Outros	-	-	-	6
	(1.593)	(3.664)	**827.447**	616.873
Redução (aumento) em contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	292	**24.299**	(11.388)
Redução (aumento) em instrumentos financeiros	-	-	**(56.683)**	-
Redução (aumento) em estoques	-	-	**(38.339)**	72.615
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	**(1)**	-	**(1.705)**	(10.229)
Redução (aumento) em adiantamento a fornecedores e outros ativos	**89**	5	**4.968**	10.854
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	**31**	(12)	**8.327**	81.435
(Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas	-	-	**10.027**	6.831
(Redução) aumento em obrigações fiscais	**(68)**	(1.687)	**9.594**	16.413
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	**(27)**	26	**37.521**	83.433
Outros ativos e outros passivos	**(171)**	(33)	**(1.406)**	2.401
Pagamento de demandas judiciais	**(31)**	-	**(2.541)**	(2.777)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	**(7.699)**	(31.484)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**(1.771)**	(5.073)	**813.810**	834.977
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
(Aplicação) resgate de aplicações financeiras vinculadas	-	-	**5.259**	2.063
Formação do ativo biológico	-	-	**(166.464)**	(99.114)
Recebimento na venda de imobilizado	-	-	**(3.198)**	6.128
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	**(395.246)**	(389.793)
Aquisição de ativo intangível	**(3.623)**	(575)	**(3.956)**	(2.085)
Recebimento (concessão) de créditos a partes relacionadas	-	-	-	(78.975)
Recebimento da venda de participação societária	-	58.852	-	58.852
Caixa e equivalentes de empresas incorporada	-	177	-	6.256
Recebimento de dividendos	**23.691**	-	-	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	**20.068**	58.454	**(563.605)**	(496.668)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	**761.771**	423.549
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	-	-	**(313.529)**	(498.697)
Pagamento de variação cambial e juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	**(92.876)**	(93.115)
(Pagamento) Recebimento de recursos com partes relacionadas	**41.456**	(53.213)	**1.216**	-
Pagamento dos arrendamentos e parcerias agrícolas líquido de recebimento	-	-	**(166.974)**	(111.180)
Pagamento de dividendos	**(60.000)**	-	**(60.000)**	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos	**(18.544)**	(53.213)	**129.608**	(279.443)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(247)**	168	**379.813**	58.866
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**261**	93	**512.176**	453.310
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**14**	261	**891.989**	512.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jornal da Manhã
Editais e Atos Oficiais
Data: 24/06/2022
Assinatura Digital

Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas: • Nota explicativa nº 13 - Ativos biológicos; e • Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

6. Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e • Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo deduzidos do custo das vendas.

7. Principais políticas contábeis - O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Base de consolidação - i) *Controladas* - O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. ii) *Transações eliminadas na consolidação* - Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. b) Receita - i) *Venda de produtos* - A receita é reconhecida quando a Companhia cumpre suas obrigações contratuais junto ao cliente, e quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação a qual tem direito pela troca dos bens ou serviços. Para os produtos vendidos pela Companhia as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita. A receita é medida líquida de devoluções e descontos comerciais. O momento do cumprimento da obrigação de desempenho varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. Para as vendas de açúcar e etanol no mercado interno, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências do Grupo. No caso das vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor uma vez que os fretes marítimos se dão na modalidade free on board (FOB). ii) *Venda de energia elétrica* - A receita proveniente da venda da geração de energia elétrica é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço do mercado em vigor, conforme o caso. A receita é reconhecida no momento em que a energia é disponibilizada na rede. Conforme mencionado na nota explicativa nº 27 o Grupo possui contrato futuro para comercialização de energia elétrica. iii) *Venda de CBIOs* - A receita proveniente da venda de créditos de descarbonização ("CBIO") é registrada com base no valor negociado dos títulos junto aos compradores, principalmente distribuidoras de combustíveis, e é reconhecida no momento da transferência dos títulos para os compradores. c) Receitas financeiras e despesas financeiras - As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Despesas com juros sobre arrendamentos, empréstimos e financiamentos; e • Outras receitas e despesas financeiras. As receitas e as despesas financeiras de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. d) Moeda estrangeira - *Transações em moeda estrangeira* - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. e) Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. i) *Imposto de renda e contribuição social corrente* - O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. ii) *Imposto de renda e contribuição social diferido* - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço. f) Subvenções - Subvenções governamentais consistem em contribuições ou benefícios econômicos, normalmente de natureza pecuniária, diretamente concedidos pelo Governo (federal, estadual ou municipal) em favor de uma entidade, condicionados ou não ao cumprimento de certas obrigações. Apesar de as subvenções governamentais poderem ser feitas através da doação de recursos ou bens, normalmente elas são realizadas mediante o estabelecimento de tratamentos tributários favoráveis, consistentes na isenção ou redução de tributos, ou ainda outros mecanismos como crédito presumido, diferimento dentre outros. O Grupo possui benefícios e incentivos fiscais oriundos do crédito presumido sobre ICMS e de diferimento do respectivo imposto na comercialização de etanol, o que ocasiona o registro da dedução ou redução de impostos, em conta de resultado como receita, com sua posterior exclusão na apuração do lucro real, mediante a destinação da respectiva parcela deduzida em reserva específica no patrimônio líquido, não passível de distribuição aos acionistas. g) Ativos biológicos - Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço patrimonial, sendo quaisquer alterações de valor justo entre os períodos reconhecidas no resultado. O valor justo foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes premissas: (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. h) Estoques - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. i) Imobilizado - i) *Reconhecimento e mensuração* - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ii) *Custos subsequentes* - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii) Custos de manutenção - O custo de manutenção de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. As controladas realizam anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem, é reconhecido no resultado como despesa. iv) *Depreciação* - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas bem como as taxas médias ponderadas anual, para os exercícios findos em 31 de março de 2022, e 2021 são as seguintes:

	Consolidado	
	Anos	**Taxas**
Equipamentos industriais	13	7,69%
Construções e edificações	20	5,00%
Pavimentação	7	14,29%
Veículos	5	20,00%
Equipamentos agrícolas	5	20,00%
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	14,29%
Móveis e utensílios	8	12,50%
Computadores e periféricos	4	25,00%
Outros	6	16,67%

j) Instrumentos financeiros - i) *Ativos financeiros* - *Reconhecimento inicial e mensuração* - Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes e outros recebíveis que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente* - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)* - Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado* - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Desreconhecimento* - Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros* - O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, acompanham as alterações no risco de crédito e reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, também podem considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) *Passivos financeiros* - *Reconhecimento inicial e mensuração* - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos. *Mensuração subsequente* - A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado* - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos que não foram designados como instrumentos de hedge. *Passivos financeiros ao custo amortizado* - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pela amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a fornecedores e outras contas a pagar, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar, e empréstimos e financiamentos sujeitos a juros. *Desreconhecimento* - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros* - Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. iii) *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge* - O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de hedge, o Grupo documenta formalmente o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de hedge e o risco objeto do hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do hedge. Para um hedge de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o resultado reportado. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. *Hedges de fluxos de caixa* - Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado. Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o hedge deixe de atender os critérios de contabilização de hedge, (iii) o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado. k) Redução ao valor recuperável (*impairment*) - i) *Ativos não financeiros* - Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo deduzidos dos custos para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de março de 2022 e 2021. l) Provisões - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. n) Demonstração do valor adicionado - O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. o) Resultado por ação básico e diluído - O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas do Grupo pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício. O Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação. p) Segmento operacional - A Administração do Grupo elabora os seus relatórios sobre as demonstrações financeiras na mesma base que estas informações são divulgadas, pois estas demonstrações financeiras são aquelas regularmente revistas pelo principal gestor do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos. Portanto a Administração tem um único segmento operacional. q) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez no exercício findo em 31 de março de 2021 - i) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC40 – Instrumentos Financeiros, IFRS 4 –Contratos de Seguro e IFRS 16 – Arrendamentos: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis às demonstrações financeiras - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. i) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. ii) IFRS 17 – Contratos de seguros (CPC 50) - Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. iii) Alterações ao IAS 1 e IFRS Pratice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. iv) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	**31/03/2021**	**31/03/2022**	**31/03/2021**
Caixa e bancos	13	261	**85.461**	39.736
Equivalentes de caixa	1	-	**806.528**	472.440
Total	**14**	261	**891.989**	512.176

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de março de 2022, essas aplicações referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são depositados em bancos de primeira linha, cuja taxa de remuneração varia entre 97% e 107% (95% a 110% em março de 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Elas não possuem data de vencimento, podendo ser resgatadas para fazer frente às necessidades imediatas de caixa da Companhia e de suas controladas. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 25.

9. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/03/2022	**31/03/2021**
Aplicações financeiras	**8.806**	14.065
Total	**8.806**	14.065
Ativo circulante	**6.481**	5.168
Ativo não circulante	**2.325**	8.897

A Companhia e suas controladas mantém aplicações financeiras em 31 de março de 2022, que se referem a saldos vinculados a operações de financiamentos, cuja taxa de remuneração está indexada a 100% (95% a 100% em março 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a aplicações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 25.

10. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	**31/03/2021**	**31/03/2022**	**31/03/2021**
Decorrentes da venda de etanol	-	-	**30.035**	6.484
Decorrentes da venda de energia	-	-	**1.522**	11.131
Decorrentes da venda de açúcar	-	-	**8**	34.402
Decorrentes da venda de cana-de-açúcar	-	-	-	731
Outros (a)	-	-	**11.980**	15.886
Contas a receber de clientes	-	-	**43.545**	68.634
Créditos com partes relacionadas (Nota 31)	**8.850**	50.659	**37.541**	38.757
Outros (b)	-	-	**15.790**	18.410
Outros recebíveis	**8.850**	50.659	**53.331**	57.167
Total	**8.850**	50.659	**96.876**	125.801
Ativo circulante	**8.850**	-	**53.591**	66.550
Ativo não circulante	-	50.659	**43.285**	59.251

(a) Refere-se substancialmente ao contas a receber no valor de R$5.494, proveniente da prestação de serviços de plantio e tratos de cana planta e venda de insumos junto a BP Bioenergia, com vencimento final dezembro de 2023, registrado a valor presente com taxa anual de 6,50%

(b) Refere-se ao contas a receber pela venda da empresa Bacuri Agrícola Ltda. Em 27 de novembro de 2017, a Bacuri Agrícola Ltda. foi vendida pela sua controladora JFLIM Participações S.A. que repassou os direitos creditórios da referida transação para a Vale do Pontal, como título de liquidação de mútuos entre as partes. Este valor é corrigido anualmente pelo IPCA até o seu vencimento final em 2026 e está registrado a valor presente com a taxa anual de 3,42%.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber de clientes e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 25.

11. Arrendamentos a receber

	Consolidado	
	31/03/2022	**31/03/2021**
Arrendamentos	**497.014**	316.787
Total	**497.014**	316.787
Ativo circulante	**84.430**	88.145
Ativo não circulante	**412.584**	228.642

A movimentação dos arrendamentos a receber está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2022	**31/03/2021**
Saldo no início do exercício	**316.787**	196.834
Adições de novos contratos de arrendamentos	**123.679**	98.008
Juros	**35.771**	21.543
Transferência – direito de uso	**12.039**	-
Remensuração	**119.003**	19.873
Recebimentos	**(88.333)**	(67.989)
Baixas por distratos/alterações de contratos	**(21.932)**	(8.588)
Incorporação da Usina Canápolis	-	57.106
Saldo no fim do exercício	**497.014**	316.787

O fluxo de contratos de longo prazo apresenta vencimentos nos respectivos exercícios:

Vencimento	Consolidado
01/04/2023 a 31/03/2024	75.581
01/04/2024 a 31/03/2025	65.727
01/04/2025 a 31/03/2026	57.546
01/04/2026 a 31/03/2027	47.752
01/04/2027 a 31/03/2028	35.993
01/04/2028 a 31/03/2029	29.537
01/04/2029 a 31/03/2030	24.504
01/04/2030 a 31/03/2031	21.028
01/04/2031 a 31/03/2032	17.317
01/04/2033 em diante	37.599
	412.584

12. Estoques

	Consolidado	
	31/03/2022	**31/03/2021**
Produto acabado		
Açúcar VHP	**6.982**	1.429
Etanol anidro	**14.172**	4.680
Etanol hidratado	**4.405**	2.152
Almoxarifado		
Almoxarifado diversos (a)	**69.061**	46.025
Provisão para obsolescência	**(3.386)**	(2.977)
Estoques em poder de terceiros	**644**	-
Total	**91.878**	51.309

(a) Os valores mais representativos do almoxarifado referem-se a material de consumo e estoque de insumos e defensivos agrícolas a serem utilizados nas áreas de plantio. Movimentação da provisão para obsolescência - A Companhia adota como critério a provisão de itens de almoxarifado que não apresentaram movimentação por um período superior a 365 dias. A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2022	**31/03/2021**
Saldo inicial	**(2.977)**	(5.815)
Adições	**(2.418)**	(1.138)
Reversões	**2.009**	3.976
Saldo final	**(3.386)**	(2.977)

13. Ativo biológico - A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2022	**31/03/2021**
Custo histórico	**113.188**	80.050
Valor justo	**75.800**	29.826
Saldo inicial de ativos biológicos	**188.988**	109.876
Integralização da Usina Canápolis	-	18.164
Adições com tratos de cana	**176.636**	101.890
Absorção dos custos cana colhida	**(116.758)**	(80.406)
Valor justo líquido de despesas estimadas de venda	**51.947**	39.464
Saldo final de ativos biológicos	**300.813**	188.988
Custo histórico	**173.066**	113.188
Valor justo	**127.747**	75.800

Soqueira de cana-de-açúcar - As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	Consolidado	
	31/03/2022	**31/03/2021**
Área estimada de colheita (hectares)	**50.687**	47.402
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	**86,56**	88,33
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	**138,20**	136
Valor do Kg de ATR (R$)	**1,18**	0,87

A taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa de cada exercício, denominada como "Custo Médio Ponderado de Capital", correspondeu a 7,81% ao ano (5,85% em 31 de março de 2021), a qual foi revisada e aprovada pela Administração da Companhia. O Grupo está exposto a uma série de riscos relacionados às suas plantações: Riscos regulatórios e ambientais - O Grupo está sujeito a leis e regulamentos e estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. *Riscos de oferta e demanda* - O Grupo está exposto a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, o Grupo administra esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço do Grupo esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada. *Riscos climáticos e outras* - As plantações do Grupo estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. O Grupo possuiu processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde do canavial e análises de doenças e pragas da indústria. O Grupo também se assegura contra desastres naturais.

14. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	**31/03/2021**	**31/03/2022**	**31/03/2021**
COFINS a recuperar	-	-	**20.245**	25.733
ICMS a recuperar - ativo imobilizado	-	-	**16.560**	17.920
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-	**12.447**	6.894
PIS a recuperar	-	-	**4.887**	6.407
IRRF sobre aplicações financeiras	**166**	166	**3.947**	4.854
ICMS a recuperar	-	-	**6.501**	943
Outros impostos a recuperar	**90**	90	**571**	702
Total	**256**	256	**65.158**	63.453
Ativo circulante	**190**	190	**38.588**	34.093
Ativo não circulante	**66**	66	**26.570**	29.360

PIS e COFINS - O saldo é composto por créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, referentes às aquisições de partes de peças utilizadas na manutenção das instalações industriais e da frota agrícola, serviços de manutenção das instalações industrial e agrícola, fretes e armazenamento nas operações de vendas, energia elétrica, e outros créditos sobre aquisições de máquinas e equipamentos e edificações e construções destinados à produção. Estes créditos poderão ser compensados com outros tributos federais e não possuem prazos de prescrição. ICMS - aquisição de ativo imobilizado - O saldo é composto basicamente por créditos apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza. ICMS a recuperar - O saldo refere-se ao crédito presumido apurado sobre as vendas realizadas pela Companhia, em substituição ao crédito sobre as entradas na compra de insumos. IRRF - Corresponde ao imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

15. Adiantamento a fornecedores e outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	**31/03/2021**	**31/03/2022**	**31/03/2021**
Adiantamento a fornecedores de cana	-	-	**5.693**	13.336
Adiantamento a fornecedores nacionais	-	89	**5.063**	5.211
Seguros a apropriar	-	-	**3.641**	864
Outros	-	-	**46**	-
Total	-	89	**14.443**	19.411
Ativo circulante	-	89	**14.443**	18.128
Ativo não circulante	-	-	-	1.283

16. Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora	
	31/03/2022	**31/03/2021**
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	**344.572**	150.782
Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda.	**31.841**	60.459
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	**68.652**	8.559
Ituiutaba Energia Renovável Ltda.	**1**	-
Total	**445.066**	219.800
Outros investimentos mensurados a custo		
Outros investimentos mensurados a custo	**1**	2
Total	**445.067**	219.802

	Controladora	
	31/03/2022	**31/03/2021**
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
CZ Energy Comercializadora de Etanol S.A.	**5.083**	4.871
Total	**5.083**	4.871
Outros investimentos		
Outros investimentos *	**4.431**	56
Total	**4.431**	56
	9.514	4.927

*Substancialmente composto por cotas em cooperativas.

Movimentação de investimentos em controladas

	Controladora	
	31/03/2022	**31/03/2021**
Saldo inicial	**219.802**	284.369
Incorporação Livakovic	-	68.989
Incorporação Usina Canápolis	-	11.830
Redução de capital da Vale do Tijuco	-	(1.671)
Redução de capital da Vale do Pontal	-	(12.798)
Ajustes de avaliação patrimonial reflexos	**47.349**	(310.742)
Resultado de equivalência patrimonial	**201.600**	179.825
Dividendos recebidos	**(23.691)**	-
Outras movimentações	**7**	-
Saldo final	**445.067**	219.802

	Controladora	
	31/03/2022	**31/03/2021**
Saldo inicial	**4.927**	2.541
Incorporação Usina Canápolis	-	2.397
Resultado de equivalência patrimonial	**203**	(19)
Cotas de participação em cooperativas	**4.377**	-
Outras movimentações	**7**	8
Saldo final	**9.514**	4.927

Informações das investidas - controladora

Exercício findo em 31 de março de 2022

	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido	Equivalência patrimonial
31 de março de 2022												
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	100,00%	**1.265.039**	**1.905.077**	**3.170.116**	**985.237**	**1.840.307**	**344.572**	**3.170.116**	**1.337.171**	**(1.175.956)**	**161.215**	**161.215**
Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda	100,00%	**155.297**	**859.236**	**1.014.533**	**297.731**	**684.961**	**31.841**	**1.014.533**	**448.389**	**(463.961)**	**(15.572)**	**(15.572)**
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	100,00%	**108.815**	**650.331**	**759.146**	**133.913**	**556.581**	**68.652**	**759.146**	**413.026**	**(357.069)**	**55.957**	**55.957**
Ituiutaba Energia Renovável Ltda.	100,00%	**1**	**-**	**1**	**-**	**-**	**1**	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**
		1.529.152	**3.414.644**	**4.943.796**	**1.416.881**	**3.081.849**	**445.066**	**4.943.796**	**2.198.586**	**(1.996.986)**	**201.600**	**201.600**

Exercício findo em 31 de março de 2021 (a)

	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido	Equivalência patrimonial
31 de março de 2021												
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	100,00%	747.475	1.441.631	2.189.106	740.282	1.298.042	150.782	2.189.106	1.160.116	(1.057.029)	103.087	103.087
Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda	100,00%	139.525	589.490	729.015	186.490	482.066	60.459	729.015	479.269	(404.049)	75.220	75.220
Canápolis Açúcar e Etanol S.A. (a)	100,00%	78.065	454.526	532.591	115.127	408.905	8.559	532.591	153.972	(152.454)	1.518	1.518
		965.065	2.485.647	3.450.712	1.041.899	2.189.013	219.800	3.450.712	1.793.357	(1.613.532)	179.825	179.825

(a) A Canápolis Açúcar e Etanol S.A. passou a ser controlada pela Companhia em 30 de setembro de 2020, o direito ao resultado da Usina Canápolis pela CMAA sendo apenas após este período.

Informações das investidas - consolidado

Exercício findo em 31 de março de 2022

	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido	Equivalência patrimonial
31 de março de 2022												
CZ Energy S.A.	51,00%	**105.878**	**-**	**105.878**	**95.912**	**-**	**9.966**	**105.878**	**101.986**	**(101.588)**	**398**	**203**
		105.878	**-**	**105.878**	**95.912**	**-**	**9.966**	**105.878**	**101.986**	**(101.588)**	**398**	**203**

Exercício findo em 31 de março de 2021

	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido	Equivalência patrimonial
31 de março de 2021												
CZ Energy S.A.	51,00%	93.177	-	93.177	83.625	-	9.552	93.177	203	(239)	(36)	(19)
		93.177	-	93.177	83.625	-	9.552	93.177	203	(239)	(36)	(19)

17. Imobilizado

Consolidado custo:	Equipamentos industriais	Construções e edificações	Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas	Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entresafra	Cultura permanente	Outros	Total
Saldo em 31/03/2020	482.252	138.313	38.626	21.521	75.356	16.677	71.797	2.800	6.387	43.890	291.157	527.006	7.572	1.723.354
Integralização da Usina Canápolis	36.776	69.399	2.762	910	3.209	1.823	796	485	528	26.900	-	45.384	203	189.175
Integralização da Livakovic	-	-	-	-	6.219	-	-	-	-	-	-	62.770	-	68.989
Adições	2.255	4.899	-	334	143	122	408	76	252	117.169	131.476	134.710	3.376	395.220
Baixas	(8)	-	-	(2.868)	(11.929)	(15.328)	(106)	(15)	(5)	-	-	(811)	(24)	(31.094)
Transferência	65.597	31.163	11.265	2.522	18.600	-	1.481	765	1.192	(134.462)	-	1.533	344	-
Saldo em 31/03/2021	586.872	243.774	52.653	22.419	91.598	3.294	74.376	4.111	8.354	53.497	422.633	770.592	11.471	2.345.644
Saldo em 01/04/2021	**586.872**	**243.774**	**52.653**	**22.419**	**91.598**	**3.294**	**74.376**	**4.111**	**8.354**	**53.497**	**422.633**	**770.592**	**11.471**	**2.345.644**
Adições	**19.707**	**4.983**	**60**	**804**	**32.817**	**3**	**2.361**	**1.181**	**2.172**	**43.062**	**159.145**	**153.840**	**1.037**	**421.172**
Baixas	**(151)**	**(3.733)**	**(65)**	**(1.537)**	**(4.196)**	**-**	**(195)**	**(8)**	**(18)**	**-**	**-**	**(2.641)**	**(479)**	**(13.023)**
Transferências	**28.396**	**7.009**	**15.039**	**(3)**	**26**	**-**	**1.079**	**96**	**40**	**(51.765)**	**-**	**-**	**83**	**-**
Saldo em 31/03/2022	**634.824**	**252.033**	**67.687**	**21.683**	**120.245**	**3.297**	**77.621**	**5.380**	**10.548**	**44.794**	**581.778**	**921.791**	**12.112**	**2.753.793**

Consolidado depreciação:	Equipamentos industriais	Construções e edificações	Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas	Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entresafra	Cultura permanente	Outros	Total
Saldo em 31/03/2020	(204.391)	(52.954)	(28.842)	(13.655)	(56.862)	-	(64.195)	(2.055)	(3.805)	-	(205.550)	(323.713)	(6.007)	(962.029)
Integralização da Usina Canápolis	(1.149)	(885)	(282)	(138)	(407)	-	(51)	(17)	(61)	-	-	(1.436)	(16)	(4.442)
Adições	(33.980)	(6.929)	(8.967)	(1.835)	(11.461)	-	(2.094)	(177)	(943)	-	(85.618)	(47.847)	(5.054)	(204.905)
Baixas	8	-	-	2.327	10.137	-	81	13	2	-	-	-	7	12.575
Saldo em 31/03/2021	(239.512)	(60.768)	(38.091)	(13.301)	(58.593)	-	(66.259)	(2.236)	(4.807)	-	(291.168)	(372.996)	(11.070)	(1.158.801)
Saldo em 01/04/2021	**(239.512)**	**(60.768)**	**(38.091)**	**(13.301)**	**(58.593)**	**-**	**(66.259)**	**(2.236)**	**(4.807)**	**-**	**(291.168)**	**(372.996)**	**(11.070)**	**(1.158.801)**
Adições	(40.839)	(8.131)	(11.735)	(1.822)	(16.410)	-	(2.393)	(311)	(1.366)	-	(135.555)	(96.574)	(517)	(315.653)
Baixas	85	155	-	948	2.698	-	161	8	10	-	-	-	70	4.135
Saldo em 31/03/2022	**(280.266)**	**(68.744)**	**(49.826)**	**(14.175)**	**(72.305)**	**-**	**(68.491)**	**(2.539)**	**(6.163)**	**-**	**(426.723)**	**(469.570)**	**(11.517)**	**(1.470.319)**
Saldo líquido em 31/03/2021	347.360	183.006	14.562	9.118	33.005	3.294	8.117	1.875	3.547	53.497	131.465	397.596	401	1.186.843
Saldo líquido em 31/03/2022	**354.558**	**183.289**	**17.861**	**7.508**	**47.940**	**3.297**	**9.130**	**2.841**	**4.385**	**44.794**	**155.055**	**452.221**	**595**	**1.283.474**

Garantia - A Companhia concede alguns bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 19.

Análise do valor de recuperabilidade - De acordo com o CPC 01 (R1) IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, o Grupo avaliou, no exercício findo em 31 de março de 2022 e no exercício findo em 31 de março de 2021, os indicativos de impairment e concluiu não haver indicativos que requeiram a necessidade de teste do valor recuperável.

Jornal da Manhã
Editais e Atos Oficiais
Data: 24/06/2022
Assinatura Digital

18. Direito de uso sobre arrendamentos e parcerias agrícolas - A movimentação do direito de uso sobre arrendamento e parceria agrícola está demonstrada abaixo:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Imóveis	Terras	Total
Custo:					
Saldo em 31 de março de 2020	11.261	3.992	-	295.433	310.686
Adições de novos contratos de direito de uso	5.871	10.072	-	247.076	263.019
Remensuração	-	30	-	27.849	27.879
Baixas por distratos/alterações de contratos	-	-	-	(32.725)	(32.725)
Integralização Usina Canápolis	297	267	-	72.565	73.129
Saldo em 31 de março de 2021	17.429	14.361	-	610.198	641.988
Saldo em 1º de abril de 2021	17.429	14.361	-	610.198	641.988
Adições de novos contratos de direito de uso	**14.584**	**52.790**	**2.809**	**323.445**	**393.628**
Remensuração	**17**	**139**	**2**	**292.955**	**293.113**
Transferência - cessão	**-**	**-**	**-**	**(12.039)**	**(12.039)**
Baixas por distratos/alterações de contratos	**-**	**-**	**-**	**(22.748)**	**(22.748)**
Saldo em 31 de março de 2022	**32.030**	**67.290**	**2.811**	**1.191.811**	**1.293.942**
Amortização acumulada:					
Saldo em 31 de março de 2020	(2.501)	(682)	-	(52.869)	(56.052)
Amortização no exercício	(6.803)	(3.894)	-	(54.524)	(65.221)
Baixas	-	-	-	(6.194)	(6.194)
Integralização Usina Canápolis - Amort. acumulada	(179)	(167)	-	(6.807)	(7.153)
Saldo em 31 de março de 2021	(9.483)	(4.743)	-	(120.394)	(134.620)
Saldo em 1º de abril de 2022	(9.483)	(4.743)	-	(120.394)	(134.620)
Amortização no exercício	**(9.896)**	**(13.110)**	**(466)**	**(116.277)**	**(139.749)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**5.460**	**5.460**
Saldo em 31 de março de 2022	**(19.379)**	**(17.853)**	**(466)**	**(231.211)**	**(268.909)**
Vida útil (anos)	1 a 2	1 a 2	1 a 25	-	
Valor residual em 31 de março de 2021	7.946	9.618	-	489.804	507.368
Valor residual em 31 de março de 2022	**12.651**	**49.437**	**2.345**	**960.600**	**1.025.033**

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP No. 02/2019, são apresentados abaixo as comparações nas rubricas de direito de uso e da despesa com depreciação no exercício findo em 31 de março de 2022 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pela taxa nominal utilizada pela Companhia:

Direito de uso	01/04/2022 31/03/2023	01/04/2023 31/03/2024	01/04/2024 31/03/2025	01/04/2025 31/03/2026	01/04/2026 31/03/2027	01/04/2027 31/03/2028	01/04/2028 31/03/2052
Fluxo real descontado pela taxa nominal	869.453	722.054	597.068	482.791	383.016	291.566	-
Fluxo nominal descontado pela taxa nominal	919.231	782.984	662.263	546.630	442.395	345.155	-
	5,42%	7,78%	9,84%	11,68%	13,42%	15,53%	-

Despesa com depreciação	01/04/2022 31/03/2023	01/04/2023 31/03/2024	01/04/2024 31/03/2025	01/04/2025 31/03/2026	01/04/2026 31/03/2027	01/04/2027 31/03/2028	01/04/2028 31/03/2052
Fluxo real descontado pela taxa nominal	(155.579)	(147.399)	(124.985)	(114.277)	(99.775)	(91.460)	(291.556)
Fluxo nominal descontado pela taxa nominal	(142.740)	(136.247)	(120.721)	(115.633)	(104.236)	(97.240)	(345.155)
	8,99%	8,19%	3,53%	1,17%	4,28%	5,94%	15,53%

19. Empréstimos e financiamentos - Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas. A nota explicativa nº 25 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia e suas controladas aos riscos de taxa de juros e moeda.

				Consolidado	
Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	31/03/2022	31/03/2021
CCB	(c)	R$	CDI	**47.219**	65.704
CCB	(c)	R$	SELIC	**12.135**	17.563
CCE	(b)	R$	CDI	**148.111**	107.709
CPR	(c)	R$	CDI	**59.109**	48.389
CPR	(c)	R$	Pré-fixada	**10.073**	20.116
CRA	(e)	R$	CDI	**116.599**	227.810
CRA	(e)	R$	IPCA	**208.392**	187.385
CRA	(e)	R$	IPCA	**361.893**	327.082
CRA	(e)	R$	IPCA	**612.851**	-
Finame	(a)	R$	Pré-fixada	**7.348**	10.932
Finame	(a)	R$	TJLP	**916**	2.701
Finame	(a)	R$	SELIC	**679**	1.035
Finame	(a)	R$	TLP	**76.822**	42.820
Finem	(a)	R$	TLP	**88.535**	94.283
NCE	(b)	R$	CDI	**-**	60.028
				1.750.682	1.213.557
Custos de transação				**(48.085)**	(24.857)
Total (*)				**1.702.597**	1.188.700
Passivo circulante				**226.576**	252.656
Passivo não circulante				**1.476.021**	936.044

(*) As taxas médias ponderadas dos encargos financeiros são de 13,20% a.a.

					Consolidado	
Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	Ano de vencimento	31/03/2022	31/03/2021
Mútuo - passivo não circulante	(d)	R$	(d)	(d)	1.337	1.961

(a) Refere-se a empréstimos contratados com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos industriais e agrícolas. Os empréstimos possuem carência para pagamento da primeira parcela do principal de 6 a 24 meses da data da contratação. Os contratos estão garantidos pela cessão fiduciária em alienação dos bens como objeto de financiamento. (b) Refere-se a notas de crédito à exportação que foram firmadas com diversas instituições financeiras e serão liquidados em reais com lastro de exportações efetuadas durante os exercícios de 2022 e 2026. (c) Refere-se a cédulas de créditos bancários que foram firmadas com diversas instituições financeiras e serão liquidados durante os exercícios de 2022 e 2024. (d) Montante concedido para a controladora, pelas empresas Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., sem que haja incidência de juros, e que será quitado pela Companhia conforme sua disponibilidade de caixa, conforme nota explicativa nº 31. (e) Referem-se a Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"): A segunda emissão do CRA ocorreu em 15 de outubro de 2018, no valor de R$150 milhões. As parcelas são acrescidas de juros remuneratórios, incidentes de forma semestral, a partir da data de integralização dos CRA até a respectiva data de pagamento de cada parcela de juros, apurados sobre o valor nominal. O vencimento é em 19 de outubro de 2022, com prazo de carência de 1 ano, e amortização em duas parcelas, sendo o primeiro pagamento em 19 de outubro de 2021 e, o último, em 19 de outubro de 2022. A terceira emissão ocorreu em 31 de janeiro de 2019, no valor de R$75 milhões. As parcelas são acrescidas de juros remuneratórios, incidentes de forma semestral, a partir da data de integralização dos CRA até a respectiva data de pagamento de cada parcela de juros, apurados sobre o valor nominal. O prazo de carência é de 3 anos e a amortização ocorrerá ao final do 3º e 4º ano. A quarta emissão ocorreu em 14 de novembro de 2019, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 26ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 4ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. A oferta base correspondeu a 250.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 20%, totalizando 300.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 04 de fevereiro de 2020, foram subscritos e integralizados 300.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 14 de novembro de 2019, perfazendo o montante total de: R$300.000, sendo que o prazo de carência é de 4 anos e a amortização ocorrerá ao final do 4º, 5º e 6º ano. A quinta emissão ocorreu em 16 de novembro de 2020, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 69ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 5ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. A oferta base correspondeu a 150.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 20%, totalizando 180.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 21 de dezembro de 2020, foram subscritos e integralizados 180.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 16 de novembro de 2020, perfazendo o montante total de: R$180.000, sendo que o prazo de carência é de 4 anos e a amortização ocorrerá ao final do 4º, 5º e 6º ano. A sexta emissão ocorreu em 20 de dezembro 2021, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 128ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 6ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. A oferta base correspondeu a 500.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 20%, totalizando 600.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 17 de fevereiro de 2022. Foram subscritos e integralizados 600.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 20 de dezembro de 2021, perfazendo o montante total de: R$600.000, sendo que o prazo de carência é de 5 anos e a amortização ocorrerá ao final do 6º e 7º ano. Os empréstimos e financiamentos consolidados possuem os seguintes vencimentos:

31 de março de 2022	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	**1.750.682**	**236.531**	**274.838**	**270.517**	**217.015**	**79.120**	**672.661**
Custos de transação	**(48.085)**	**(9.955)**	**(7.668)**	**(7.507)**	**(6.752)**	**(4.627)**	**(11.576)**
Empréstimos e financiamentos, líquido	**1.702.597**	**226.576**	**267.170**	**263.010**	**210.263**	**74.493**	**661.085**
31 de março de 2021	**Valor contábil**	**Até 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**3 a 4 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Empréstimos e financiamentos	1.213.557	260.121	177.214	119.450	221.162	205.821	229.789
Custos de transação	(24.857)	(7.465)	(5.679)	(3.668)	(3.501)	(2.398)	(2.146)
Empréstimos e financiamentos, líquido	1.188.700	252.656	171.535	115.782	217.661	203.423	227.643

Cláusulas contratuais - A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (covenants), cujo período de apuração se dá no encerramento do exercício. A Administração possui controles tempestivos sobre esses indicadores e em 31 de março de 2022 entende que as exigências pré-estabelecidas foram cumpridas, sendo improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, e nem a necessidade de reclassificação.

20. Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	**337**	67	**197.724**	156.563
Fornecedores de cana-de-açúcar	**-**	-	**29.989**	68.178
Fornecedores de cana-de-açúcar (Partes relacionadas)	**-**	-	**3.381**	569
Total	**337**	67	**231.094**	225.310
Passivo circulante	**337**	67	**230.296**	223.562
Passivo não circulante	**-**	-	**798**	1.748

O período de safra da cana-de-açúcar, o qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo com fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte. Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de Açúcar Total Recuperado (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 25.

21. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	**1.485.939**	746.172
Total	**1.485.939**	746.172
Passivo circulante	**270.000**	126.172
Passivo não circulante	**1.215.939**	620.000

A movimentação do passivo de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Saldo no início do exercício	**746.172**	399.550
Adições de novos contratos de arrendamento	**517.260**	347.913
Juros	**110.043**	46.773
Remensuração	**412.240**	49.286
Pagamentos	**(255.307)**	(179.169)
Baixas por distratos/alterações de contratos	**(44.469)**	(35.926)
Incorporação da Usina Canápolis	**-**	117.745
Saldo final	**1.485.939**	746.172
Passivo circulante	**270.000**	126.172
Passivo não circulante	**1.215.939**	620.070

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar no longo prazo possuem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	**Consolidado**
01/04/2023 a 31/03/2024	217.342
01/04/2024 a 31/03/2025	193.004
01/04/2025 a 31/03/2026	164.646
01/04/2026 a 31/03/2027	137.526
01/04/2027 a 31/03/2028	114.921
01/04/2028 a 31/03/2029	95.281
01/04/2029 a 31/03/2030	75.869
01/04/2030 a 31/03/2031	66.833
01/04/2031 a 31/03/2032	55.142
01/04/2033 em diante	95.375
	1.215.939

Abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

	Consolidado	
	Arrendamentos	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	**503.793**	**333.816**
PIS/COFINS potencial (9,25%)	**(46.601)**	**(30.878)**
Total	**457.192**	**302.938**

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP No. 02/2019, são apresentados abaixo as comparações nas rubricas de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar e da despesa com juros no exercício findo em 31 de março de 2022 e os exercícios futuros utilizando o fluxo de caixa nominal, incorporando a inflação projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pela taxa nominal utilizada pela Companhia:

Arrendamento a pagar	01/04/2022 31/03/2023	01/04/2023 31/03/2024	01/04/2024 31/03/2025	01/04/2025 31/03/2026	01/04/2026 31/03/2027	01/04/2027 31/03/2028	01/04/2028 31/03/2052
Fluxo real descontado pela taxa nominal	754.592	621.547	504.067	404.280	321.384	252.918	-
Fluxo nominal descontado pela taxa nominal	859.499	719.554	592.953	482.166	387.344	306.626	-
	12,21%	13,62%	14,99%	16,15%	17,03%	17,52%	-

Despesa com juros	01/04/2022 31/03/2023	01/04/2023 31/03/2024	01/04/2024 31/03/2025	01/04/2025 31/03/2026	01/04/2026 31/03/2027	01/04/2027 31/03/2028	01/04/2028 31/03/2052
Fluxo real descontado pela taxa nominal	(71.212)	(62.844)	(54.704)	(46.710)	(39.072)	(32.099)	(91.464)
Fluxo nominal descontado pela taxa nominal	(81.578)	(73.513)	(65.397)	(57.126)	(48.903)	(41.108)	(128.699)
	12,71%	14,51%	16,35%	18,23%	20,10%	21,92%	28,93%

22. Adiantamento de clientes

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Adiantamento de clientes - açúcar (a)	**122.617**	164.690
Adiantamento de clientes - etanol	**56.272**	23.755
Adiantamento de clientes - energia	**74.662**	46.370
Outros (b)	**330**	709
Total	**253.881**	235.524
Passivo circulante	**218.854**	78.454
Passivo não circulante	**35.027**	157.070

(a) A Vale do Tijuco possui um contrato de compra e venda de açúcar VHP para entrega futura, até março de 2023, junto ao Macquarie Bank Limited, no volume de 100.000 (cem mil) toneladas. O saldo desta operação em 31 de março de 2022 era de R$ 124.791 (R$ 143.955 em 31 de março de 2021).
(b) O saldo de outros adiantamentos refere-se basicamente a adiantamentos a clientes de outras receitas, como venda de soja e prestações de serviços que não são referentes aos produtos comercializados pela Companhia.

23. Provisão para demandas judiciais - O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo as matérias trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. As provisões são reconhecidas levando em consideração a individualidade de cada processo e a classificação de perda como provável na avaliação de seus assessores internos e externos. A contrapartida do reconhecimento da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução dos processos judiciais e administrativos ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Perdas prováveis - Abaixo demonstrativo da movimentação das provisões:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Ambientais	Total
Saldo final em 1º de abril de 2020	1.945	1.431	-	3.376
Adições	1.045	513	71	1.629
Baixas	(2.478)	(299)	-	(2.777)
Saldo final em 31 de março de 2021	512	1.645	71	2.228
Saldo final em 1º de abril de 2021	512	1.645	71	2.228
Adições	**676**	**49**	**4**	**729**
Baixas	**(463)**	**(963)**	**(72)**	**(1.498)**
Saldo final em 31 de março de 2022	**725**	**731**	**3**	**1.459**

Trabalhistas - A maioria das ações de natureza trabalhista tem por principais objetos de discussão: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) pagamento de horas in itinere anteriores à reforma trabalhista; e (v) preenchimento de cota destinada a portadores de necessidades especiais. *Ambientais* - Nos processos ambientais discute-se principalmente: (i) indenização por servidão administrativa relacionada a construção de linha de energia; e (ii) indenizações em geral. *Tributárias* - Refere-se principalmente à pedidos relacionados a Contribuição Previdenciária Sobre a Comercialização da Produção Rural (Funrural). *Perdas Possíveis* - A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais em andamento no montante atualizado de R$ 22.377 (R$15.290 em 31 de março de 2021), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de:

	Consolidado	
Natureza	31/03/2022	31/03/2021
Ambiental	**4.731**	386
Cível	**4.688**	2.455
Trabalhista	**4.175**	3.688
Tributária	**8.783**	8.761
	22.377	15.290

Trabalhistas - As ações judiciais de natureza trabalhista classificadas como possível têm como principais objetos: (i) pleito de horas extras e reflexos; (ii) adicional noturno; e (v) pedido de responsabilidade subsidiária/ solidária em verbas rescisórias, FGTS e reflexos de prestadores de serviços contratados pelo Grupo. *Cíveis* - As ações cíveis versam, em sua grande maioria, sobre discussões e revisões contratuais e ação de regresso visando o ressarcimento de auxílio previdenciário. *Ambientais* - Os processos ambientais tratam de autos de infração lavrados pela SEMAD/ SUPRAM e/ou polícia ambiental decorrente discussão ambiental acerca de intervenção em área de preservaço ambiental, supressão de bioma natural e/ou destoca de árvores esparsas. *Tributárias* - Na esfera tributária se discute em especial glosa e autos de infração lavrados pela Receita Federal, sendo os principais destaques: (i) Um (1) auto de infração referente à glosa da RFB (Receita Federal do Brasil) de créditos de PIS/COFINS utilizados nos anos de 2013 e 2014, referentes à cadeia não cumulativa de bens e serviços utilizados como insumos pelo Grupo e bens destinados à composição do ativo imobilizado, adquiridos no período de apuração de 2011 e 2012; (ii) Dois (2) autos de infração lavrados pela RFB referentes a apuração de IRRF e IOF de mútuo e adiantamento para futuro aumento de capital, todos realizados no período de apuração de 2009 a 2012.

24. Patrimônio líquido - a) Capital social - O capital social da Companhia em 31 de março de 2022 e 2021 , totalmente subscrito e integralizado, é de R$503.892, dividido em 1.258.415.912 ações ordinárias, nominativas, distribuído da seguinte forma:

	31/03/2022		31/03/2021	
	Ações	R$	Ações	R$
Ifar Brazil Pte Ltd.	**455.687.717**	**182.466**	455.687.717	203.298
Ápia SP Participações S.A.	**372.428.777**	**149.127**	372.428.777	127.898
Rio Grande Investment Pte Ltd.	**173.520.239**	**69.481**	173.520.239	72.432
JF Investimentos S.A.	**83.258.941**	**33.338**	83.258.941	27.833
Marseille Fundo de Investimentos em Participações	**173.520.238**	**69.480**	173.520.238	72.431
Total	**1.258.415.912**	**503.892**	1.258.415.912	503.892

Em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021 a Companhia não possuía capital social autorizado. Em virtude da reorganização societária ocorrida no ano de 2020, em especial pela incorporação das sociedades Livakovic Participações S.A., Canápolis Holding S.A. e IndoAgri Brazil Participações Ltda., a Companhia realizou o aumento do capital social, com emissão de novas ações ordinárias nominativas e transferência de ações entre as empresas do mesmo conglomerado controlador, conforme descrito abaixo: (i) Incorporação da Livakovic Participações S.A.: Aumento do capital no montante de R$ 68.989, mediante a emissão de 27.815.812 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas, nas seguintes condições: 27.815.812 ações ordinárias foram colocadas para subscrição pelo preço total de emissão de R$ 68.989, ou seja, R$ 2,4802 por ação, fixado com base nos critérios da Lei das S.A.; 13.907.906 das referidas novas ações ordinárias foram integralmente subscritas e integralizadas pela acionista Rio Grande Investimentos Ltda., mediante a conferência de 34.494.600 ações, no valor total de R$ 34.495, Livakovic Participações S.A. e, 13.907.906 das referidas novas ações ordinárias foram integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista Marseille Fundo de Investimentos em Participações, mediante a conferência de 34.494.600 ações, no valor total de R$ 34.495, da Livakovic Participações S.A. (ii) Incorporação da Canápolis Holding S.A.: R$ 55.665, mediante a emissão de 166.517.882 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que foram subscritas e integralizadas, em proporção igual entre as sócias da empresa incorporada (Canápolis Holding S.A.), IndoAgri Brazil Participações Ltda. e JF Investimentos S.A., através de incorporação do acervo líquido desta Companhia. (iii) Incorporação da IndoAgri Brazil Participações Ltda.: Incorporação da empresa Indoagri Brazil Participações Ltda., sem aumento de capital, resultando na divisão das 455.687.717 ações, entre as sócias da empresa incorporada na proporção de i) 1 (uma) para a Indo Agri Resources Ltd.; e (ii) 455.687.716 para a Ifar Brazil Pte Ltd. Sendo a ação da Indo Agri Resources Ltd., transferida em 31 de março de 2021 para a empresa Ifar Brazil Pte Ltd. Adicionalmente, em 30 setembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram por meio de assembleia geral extraordinária, a incorporação da acionista JFLIM Participações S.A. com patrimônio líquido avaliado em R$ 55.670 em 31 de agosto de 2020. Tendo em vista que o patrimônio líquido da incorporada reflete apenas o investimento no patrimônio líquido da Companhia, o capital social da Companhia permaneceu inalterado. Em 01 de abril de 2021, conforme ata de assembleia geral extraordinária, houve o aumento do capital social da Companhia em R$ 0,2095 (dois mil e noventa e cinco décimos de milésimos de real), passando o capital social de R$ 503.892.367,20 (quinhentos e três milhões, oitocentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte centavos) para R$ 503.892.367,41 (quinhentos e três milhões, oitocentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e um centavos), mediante a emissão de 1 (uma) nova ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 0,2095 (dois mil e noventa e cinco décimos de milésimos de real). A nova ação emitida foi integralmente subscrita e integralizada nesta data, em moeda corrente nacional, pela acionista, Ápia SP Participações S.A. b) Reserva de capital - Refere-se reserva especial de ágio no montante de R$ 4.164, decorrente de aumento de capital realizado em ano anteriores. c) Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) Reserva de incentivos fiscais A Companhia usufrui de benefícios e incentivos fiscais do ICMS do estado de Minas Gerais, estes benefícios estão previstos em convênio CONFAZ e regularizados no decreto 47.394 de 2018, cumprindo os requisitos do artigo 10º da lei complementar 160/2017. Esses benefícios denominados subvenções são decorrentes de créditos presumido de ICMS e de diferimento de ICMS nas operações de vendas. Os valores das subvenções são contabilizados como receita e excluídos da base de cálculo da apuração de imposto de renda e contribuição social. Após a destinação da parcela do resultado do exercício para a reserva legal, são constituídas reservas de incentivos fiscais até o limite do valor obrigatório ou do saldo remanescente do lucro do exercício. Até 31 de março de 2022, a Companhia havia constituído R$ 288.098, restando montante a ser constituído de R$ 141.312. e) Ajuste de avaliação patrimonial - Inclui a parcela efetiva da variação líquida cumulativa da variação cambial dos passivos em dólar e derivativos designados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa de suas futuras exportações (item protegido). f) Dividendos - O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% do lucro líquido, conforme ajustado, para ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Através da assembleia geral ordinária realizada em 31 de julho de 2021 foi aprovada a distribuição aos acionistas, de forma proporcional, à participação de cada um deles no capital social, de dividendos referentes aos lucros acumulados da Companhia, constantes nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2021, no montante total de R$ 60.000. Os pagamentos referentes à distribuição de dividendos foram realizados em 14 de setembro de 2021.

25. Instrumentos financeiros - a) Classificação contábil e valores justos (consolidado) - A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia de valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2022	Valor justo por meio do resultado amortizado	Custo	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Equivalentes de caixa	806.528	-	806.528	-	806.528	-
Aplicações financeiras	8.806	-	8.806	-	8.806	-
Instrumentos financeiros derivativos	229.209	-	229.209	-	229.209	-
Total	1.044.543	-	1.044.543	-	1.044.543	-
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	-	85.461	85.461			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	59.335	59.335			
Contas a receber com partes relacionadas	-	37.541	37.541			
Arrendamentos a receber	-	497.014	497.014			
Total	-	679.351	679.351			

31 de março de 2022	Valor justo por meio do resultado amortizado	Custo	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	543.127	-	543.127	-	543.127	-
Total	543.127	-	543.127	-	543.127	-
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	1.702.597	1.702.597			
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	-	1.485.939	1.485.939			
Fornecedores e outras contas a pagar	-	231.094	231.094			
Total	-	3.419.630	3.419.630			

31 de março de 2021	Valor justo por meio do resultado amortizado	Custo	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Equivalentes de caixa	472.440	-	472.440	-	472.440	-
Aplicações financeiras	14.065	-	14.065	-	14.065	-
Instrumentos financeiros derivativos	69.582	-	69.582	-	69.582	-
Total	556.087	-	556.087	-	556.087	-
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	-	39.736	39.736			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	87.044	87.044			
Contas a receber com partes relacionadas	-	38.757	38.757			
Arrendamentos a receber	-	316.787	316.787			
Total	-	482.324	482.324			

31 de março de 2021	Valor justo por meio do resultado amortizado	Custo	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	566.267	-	566.267	-	566.267	-
Total	566.267	-	566.267	-	566.267	-
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	1.188.700	1.188.700			
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	-	746.172	746.172			
Fornecedores e outras contas a pagar	-	225.310	225.310			
Total	-	2.160.182	2.160.182			

b) Mensuração do valor justo - Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2022, em relação às divulgações de 31 de março de 2021. Gerenciamento de riscos financeiros - O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de março de 2022 e 31 de março 2021, o Grupo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os principais riscos relacionados com a operação do Grupo são os seguintes: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e seu gerenciamento de capital. Estrutura do gerenciamento de risco - O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e suas obrigações. *Risco de crédito* - Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, falharem em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros débitos, arrendamentos a receber e de instrumentos financeiros derivativos ativos conforme apresentados abaixo. *Exposição ao risco de crédito* - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Caixa e equivalentes de caixa	14	261	891.989	512.176
Aplicações financeiras	-	-	8.806	14.065
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8.850	50.659	96.876	125.801
Arrendamentos a receber	-	-	497.014	316.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	229.209	69.582
Total	**8.864**	**50.920**	**1.723.894**	**1.038.411**
Ativo circulante	8.864	261	1.089.453	673.086
Ativo não circulante	-	50.659	634.441	365.325

Caixa e equivalentes de caixa - A Companhia e suas controladas tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos com cada uma das instituições. O Grupo não possui registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa. Contas a receber de clientes - A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se realizam de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de abril a março de cada ano calendário), o que possibilita à Companhia e suas controladas interromperem entregas a clientes que porventura se apresentarem como potencial risco de crédito. Perdas por redução no valor recuperável - A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável, era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
A vencer	**8.850**	50.659	**96.876**	117.055
Vencidos em até 30 dias	**-**	-	**-**	7.890
Vencidos entre 31 e 90 dias	**-**	-	**-**	67
Vencidos entre 91 e 180 dias	**-**	-	**-**	1.104
Vencidos acima de 181 dias	**-**	-	**-**	1.017
	8.850	50.659	**96.876**	127.133
Provisão para perdas esperadas	**-**	-	**-**	(1.332)
	8.850	50.659	**96.876**	125.801

A movimentação da provisão para perdas esperadas em contas a receber é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Saldo inicial em 31/03	(1.332)	(6)
Adição	(7)	(1.326)
Reversão	1.339	-
Saldo final	-	**(1.332)**

A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas de 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021.A Companhia reconheceu os valores a receber de longo prazo ao seu valor presente, deduzidos das parcelas futuras referente ao valor reconhecido como juros no momento inicial da transação. Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia e suas controladas procuram trabalhar com pagamentos antecipados. Garantias - As controladas Vale do Tijuco, Vale do Pontal e Usina Canápolis são garantidoras junto a entidades financeiras e cooperativas de créditos, de operações de compra de insumos e financiamentos a serem utilizados no plantio e colheita de cana-de-açúcar de seus fornecedores. Em 31 de março de 2022, o valor garantido totaliza R$ 252.356 (R$ 196.482 em 31 de março de 2021). As controladas assumirão o débito de seus fornecedores, no limite da garantia prestada, em caso de não pagamento de suas obrigações. Os eventuais valores desembolsados pela Companhia para pagamento das obrigações dos fornecedores, em caso de inadimplência, serão corrigidos pela TJLP (Taxa de juros de longo prazo), acrescido de 5,5% ao ano "*pro-rata dia*" e serão descontados quando do fornecimento da cana-de-açúcar pelo fornecedor. *Risco de liquidez* - Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo e de seu Conselho de Administração, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. O Grupo utiliza sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. O Grupo tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. Exposição ao risco de liquidez - O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.702.597	1.188.700
Empréstimos com partes relacionadas	1.337	1.961	-	-
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	-	-	1.485.939	746.172
Fornecedores e outras contas a pagar	337	67	231.094	225.310
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	543.127	566.267
Total	**1.674**	**2.028**	**3.962.757**	**2.726.449**
Passivo circulante	337	67	1.127.391	898.799
Passivo não circulante	1.337	1.961	2.835.366	1.827.650

A seguir, estão os vencimentos contábeis dos passivos financeiros:

Consolidado 31 de março de 2022	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.702.597	1.750.682	236.531	274.838	270.517	217.015	79.120	672.661
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	1.485.939	2.426.434	313.877	274.382	262.467	242.544	218.573	1.114.591
Fornecedores e outras contas a pagar	231.094	231.094	230.296	798	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	543.127	543.127	400.520	139.460	3.147	-	-	-
Total	**3.962.757**	**4.951.337**	**1.181.224**	**689.478**	**536.131**	**459.559**	**297.693**	**1.787.252**
Consolidado 31 de março de 2021	**Valor contábil**	**Fluxo contratual**	**Até 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**3 a 4 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Empréstimos e financiamentos	1.188.700	1.213.557	260.121	177.214	119.450	221.162	205.821	229.789
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	746.172	1.124.152	156.119	143.511	131.679	120.793	105.656	466.394
Fornecedores e outras contas a pagar	225.310	225.310	223.562	1.748	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	566.267	566.267	296.410	244.554	22.024	2.340	939	-
Total	**2.726.449**	**3.129.286**	**936.212**	**567.027**	**273.153**	**344.295**	**312.416**	**696.183**

Movimentação dos passivos financeiros nas atividades de financiamentos consolidadas

	Consolidado	
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos e parceria agrícola a pagar
Saldos em 1° de abril de 2020	**1.026.602**	**399.550**
Saldo incorporado da Canápolis	236.951	117.745
Adições	423.549	347.913
(-) Pagamentos	(498.697)	(179.169)
(-) Pagamentos de juros e variação cambial	(61.338)	-
(-) Despesas diferidas	(31.777)	-
Juros incorridos	87.975	46.773
Remensuração de contratos de arrendamento	-	49.286
Baixa por distratos / alterações de contratos	-	(35.926)
Variação cambial	8.007	-
Outros	(2.572)	-
Saldos em 31 de março de 2021	**1.188.700**	**746.172**
Adições	761.771	517.260
(-) Pagamentos	(313.529)	(255.307)
(-) Pagamentos de juros e variação cambial	(92.876)	-
Juros incorridos	161.715	110.043
Remensuração de contratos de arrendamento	-	412.240
Baixa por distratos / alterações de contratos	-	(44.469)
Variação cambial	(3.184)	-
Saldos em 31 de março de 2022	1.702.597	1.485.939

Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Por meio de suas atividades, o Grupo também é exposto a riscos financeiros decorrentes de mudança no valor do ATR (Açúcar Total Recuperável), utilizado para cálculo do valor justo do ativo biológico e do valor do açúcar VHP (Very High Polarized). Risco de taxa de juros - O Grupo está exposto a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos contratados e aplicações financeiras, expostas, principalmente, à variação do CDI, Selic, Libor, TJLP e TLP. A direção do Grupo monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, utilizando-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar o impacto destes riscos. Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável - consolidado - A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de março de 2022. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros do Grupo conforme descrito a seguir: • Cenário I: Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidas; • Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e • Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.
e taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Consolidado

Instrumentos	Exposição em 31 de março de 2022	Risco	Taxa	Cenários Provável	Apreciação Variação do índice em 25%	Apreciação Variação do índice em 50%	Depreciação Variação do índice em 25%	Depreciação Variação do índice em 50%
Ativos financeiros								
Equivalentes de caixa	806.528	CDI	11,65%	93.960	23.490	46.980	(23.490)	(46.980)
Aplicações financeiras	8.806	CDI	11,65%	1.026	256	513	(256)	(513)
Passivos financeiros								
CCB	47.219	CDI	11,65%	(5.501)	(1.375)	(2.751)	1.375	2.751
CCB	12.135	SELIC	11,75%	(1.426)	(356)	(713)	356	713
CCE	148.111	CDI	11,65%	(17.255)	(4.314)	(8.627)	4.314	8.627
CPR	59.109	CDI	11,65%	(6.886)	(1.722)	(3.443)	1.722	3.443
CRA	116.599	CDI	11,65%	(13.584)	(3.396)	(6.792)	3.396	6.792
CRA	208.392	IPCA	10,55%	(21.981)	(5.495)	(10.991)	5.495	10.991
CRA	361.893	IPCA	10,55%	(38.173)	(9.543)	(19.086)	9.543	19.086
CRA	612.851	IPCA	10,55%	(64.644)	(16.161)	(32.322)	16.161	32.322
Finame	916	TJLP	6,08%	(56)	(14)	(28)	14	28
Finame	679	SELIC	11,75%	(80)	(20)	(40)	20	40
Finame	76.822	TLP	10,55%	(8.103)	(2.026)	(4.052)	2.026	4.052
Finem	88.535	TLP	10,55%	(9.339)	(2.335)	(4.669)	2.335	4.669
Impacto no resultado e patrimônio líquido				**(92.042)**	**(23.011)**	**(46.021)**	**23.011**	**46.021**

Fonte: A informação da CDI foi extraída da base da CETIP, a TJLP e TLP foi extraída da Receita Federal, a SELIC do Banco Central do Brasil e o IPCA junto a IBGE.

Risco de câmbio - Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, o Grupo garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo. As parcelas de curto prazo dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira estão respaldadas por ativos também denominados em moeda estrangeira (exportação de açúcar com preço fixado em moeda estrangeira). Com relação à parcela de longo prazo desses passivos, ela está respaldada pelas exportações de açúcar da Companhia, que representam 100% das exportações, e possui preços denominados em moeda estrangeira e com pouca volatilidade às variações da taxa de câmbio. *Exposições a riscos cambiais* - A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US$ mil):

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Caixa e equivalentes de caixa	13.251	5.142
Swap	25.000	25.000
NDF	-	(3.500)
Termo de moedas	(202.044)	(328.763)
Receita futura (VHP) – Objeto de hedge	202.044	328.763
Exposição líquida	**38.251**	**26.642**

A exposição cambial líquida demonstrada acima, está substancialmente compensada com receitas altamente prováveis de exportação de produtos. *Análise de sensibilidade - risco de câmbio - Consolidado* - A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição dos empréstimos e financiamentos à variação monetária do dólar norte americano em 31 de março de 2022. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado, apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros do Grupo conforme descrito a seguir:• Cenário I: Para o cenário provável em dólar norte americano foi considerada a taxa de câmbio da data de 31 de março de 2022; • Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e • Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	US$ mil	R$ (MTM)	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Depreciação (R$) 25%	Depreciação (R$) 50%
Instrumentos financeiros não derivativos						
Caixa e equivalente de caixa	13.251	62.781	15.695	31.390	(15.695)	(31.390)
Instrumentos financeiros derivativos						
Swap	25.000	(20.064)	33.906	66.226	(30.735)	(63.055)
Termo de moedas	(202.044)	94.327	67.122	305.987	(410.608)	(649.473)
Receita futura (VHP) – Objeto de hedge	202.044	(94.327)	(67.122)	(305.987)	410.608	649.473
Impacto no resultado e patrimônio líquido	**38.251**	**42.717**	**49.601**	**97.616**	**(46.430)**	**(94.445)**

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas junto as fontes externas de mercado, como Bloomberg e B3. *Risco de preço* - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos principais produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas, principalmente relacionados a exportação de Açúcar VHP. Para mitigar esse risco, a Companhia realiza constante monitoramento do mercado para antecipar-se a movimentos de preços. *Exposições a riscos de preço* - A exposição líquida dos instrumentos derivativos para hedge de preço do açúcar VHP e etanol está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US$ mil):

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
NDF Etanol	-	142.252
Receita futura (Etanol) - Objeto de hedge	-	(142.252)
Termo de commodities	238.714	310.014
Opções	1.105	6.272
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	(239.819)	(316.286)
Exposição líquida	-	-

Análise de sensibilidade - risco de preço - Consolidado - A análise de sensibilidade abaixo é determinada com base na exposição dos instrumentos financeiros derivativos de termo de commodities à variação de preços de exportação de açúcar VHP baseados na curva futura dos preços de tela NY#11 e de NDF de etanol beaseada na curva futura de preços da B3 em 31 de março de 2022. Abaixo foram apresentados dois cenários com depreciação de 25% e 50% da variável de risco considerado os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período do Grupo, conforme descrito a seguir: • Cenário I: Para o cenário provável aumento nos preços futuros na posição da data de 31 de março de 2022; • Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável; • Cenário IV: Depreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável; e Cenário V: Depreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	USD	R$ (MTM)	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Depreciação (R$) 25%	Depreciação (R$) 50%
Instrumentos financeiros não derivativos						
Termo de commodities	238.714	(449.584)	(327.713)	(675.384)	367.629	715.300
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	(238.714)	449.584	327.713	675.384	(367.629)	(715.300)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-

Contabilidade de hedge - Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações do Grupo - O Grupo adota uma estrutura de hedge accounting de fluxo da caixa que consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de exportação em moeda estrangeira (dólar norte americano – US$), contra o risco cambial de flutuação de taxa de câmbio US$ versus R$, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como ACC (Adiantamento de Contratos de Câmbio) e NCE (Nota de Crédito à Exportação) e derivativos como NDF (Non-Deliverable Forward), em valores e vencimentos equivalentes as exportações. Abaixo está demonstrada a relação de hedge designada para hedge accounting:

	Controladora		Consolidado	
	Realizado resultado	Não Realizado (patrimônio líquido)	Realizado resultado	Não Realizado (patrimônio líquido)
ACC, NCE e PPE	-	-	(44.835)	-
Termo de moeda, commodities e opções	(227.704)	(430.490)	(60.418)	(502.007)
NDF	(96.917)	-	-	(36.812)
Exposição total	**(324.621)**	**(430.490)**	**(105.253)**	**(538.819)**
(-) IR/CS diferidos	110.371	121.858	35.786	183.198
Exposição líquida	**(214.250)**	**(308.632)**	**(69.467)**	**(355.621)**

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa, e não liquidados, bem como a variação cambial dos instrumentos de hedge não derivativos é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual os instrumentos de hedge foram designados. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado. Instrumentos financeiros derivativos - O Grupo está exposto ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à receita proveniente de exportações de açúcar. Com o objetivo de mitigar este risco, o Grupo adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos créditos comerciais para os próximos 12 meses, revistos mensalmente. A cobertura do fluxo de caixa futuro é analisada e discutida pelo Conselho de Administração do Grupo, que aprova e autoriza a contratação e designação de instrumentos financeiros derivativos para a contabilidade de hedge. O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração do Grupo:

COMPANHIA MINEIRA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL PARTICIPAÇÕES - CNPJ/ME 08.493.364/0001-62

Consolidado	Tipo Moeda	31/03/2022 Nocional (US$/R$ mil)	31/03/2022 Valor justo (R$)	31/03/2021 Nocional (US$/R$ mil)	31/03/2021 Valor justo (R$)
Swap	US$	25.000	(20.064)	25.000	9.811
Swap	R$	911.786	64.550	320.332	29.022
Termo de commodities – VHP	US$	238.714	(449.584)	310.014	(223.162)
Termo de moedas	US$	202.044	94.327	328.763	(266.024)
NDF	US$	-	-	3.500	400
NDF de Etanol	R$	-	-	142.253	(36.812)
Opções	US$	1.105	(3.147)	6.272	(9.920)
Total			**(313.918)**		**(496.685)**
Ativo circulante			52.962		1.047
Ativo não circulante			176.247		68.535
			229.209		**69.582**
Passivo circulante			(400.520)		(296.409)
Passivo não circulante			(142.607)		(269.858)
			(543.127)		**(566.267)**

Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

31 de março de 2022	Tipo	Nocional	Consolidado Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Swap	US$	25.000	(20.064)	(20.064)	-	-	-	-	-
Swap	R$	911.786	64.550	(46.446)	(8.564)	6.515	12.943	(14.587)	114.689
Termo de commoditties	US$	238.714	(449.584)	(310.124)	(139.460)	-	-	-	-
Termo de moedas	US$	202.044	94.327	29.076	52.250	13.001	-	-	-
Opções	US$	1.105	(3.147)	-	-	(3.147)	-	-	-
Total			**(313.918)**	**(347.558)**	**(95.774)**	**16.369**	**12.943**	**(14.587)**	**114.689**

31 de março de 2021	Tipo	Nocional	Consolidado Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Swap	US$	25.000	9.811	-	9.811	-	-	-	-
Swap	R$	320.332	29.022	(9.780)	(8.575)	9.320	16.163	21.894	-
Termo de commodities – VHP	US$	310.014	(223.162)	(66.611)	(153.054)	(3.497)	-	-	-
Termo de moedas	US$	328.763	(266.024)	(172.239)	(81.908)	(11.877)	-	-	-
NDF	US$	3.500	400	-	400	-	-	-	-
NDF de Etanol	R$	142.253	(36.812)	(36.812)	-	-	-	-	-
Opções	US$	6.271	(9.920)	(9.920)	-	-	-	-	-
Total			**(496.685)**	**(295.362)**	**(233.326)**	**(6.054)**	**16.163**	**21.894**	**-**

Resultado com instrumentos financeiros derivativos - O Grupo efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dessas operações no resultado do exercício. Em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

Derivativo	Mercado	Risco	Consolidado 31/03/2022	31/03/2021
Termo de moedas e commodities	CETIP	USD	(227.704)	(58.192)
NDF Etanol	CETIP	ETH	(96.917)	-
ACC, NCE e PPE	CETIP	USD	-	(44.835)
Opções	CETIP	USD	-	(2.226)
Receita bruta de vendas e serviços			**(324.621)**	**(105.253)**
Swap	CETIP	USD	(8.854)	(11.231)
Call	CETIP	USD	-	4.836
NDF	CETIP	USD	5.426	-
Termo de moedas e commodities - inefetivo	CETIP	USD	(4.508)	-
Receitas (despesas) financeiras	-	-	**(7.936)**	**(6.395)**
Total	-	-	(332.557)	(111.648)
(-) IR/CS	-	-	113.069	37.960
Efeito líquido no resultado	-	-	**(219.488)**	**(73.688)**

c) Gestão de capital - A Companhia administra a gestão capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e arrendamentos e parceria agrícola a pagar, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e pelo seu patrimônio líquido). A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

	31/03/2022	31/03/2021
Empréstimos e financiamentos	1.702.597	1.188.700
Arrendamentos e parceria agrícolas a pagar	1.485.939	746.172
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(891.989)	(512.176)
(-) Aplicações financeiras	(8.806)	(14.065)
Dívida líquida	**2.287.741**	**1.408.631**
Patrimônio líquido	**446.083**	**263.642**
Patrimônio líquido e dívida consolidada	**2.733.824**	**1.672.273**
Coeficiente de alavancagem	5,13	5,34

26. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Consolidado	Ativo/Passivo 31/03/2022	Ativo/Passivo 31/03/2021	Resultado 31/03/2022	Resultado 31/03/2021	Patrimônio líquido 31/03/2022	Patrimônio líquido 31/03/2021
Provisão para demandas judiciais / atuarial	**(410)**	1.026	**(1.250)**	(1.033)	**(186)**	(334)
Provisão para perdas esperadas	**-**	455	**(455)**	453	-	-
Provisão para perdas com estoques	**1.151**	1.012	**139**	(965)	-	-
Efeitos de contratos de swap	**(15.125)**	(13.203)	**(1.922)**	(13.724)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	**159.391**	43.050	**116.341**	16.947	-	-
Valor justo do ativo biológico	**(43.434)**	(19.018)	**(24.416)**	(13.418)	-	
Efeitos de contratos de ACC/NCE e variação cambial	**4.453**	21.213	**(16.760)**	4.200	-	(62)
Efeitos de contratos opções	**1.070**	-	**-**	-	**1.070**	-
Efeitos de contratos de forward	**96.278**	170.546	**(24.373)**	(503)	**(49.895)**	159.526
Efeitos contratos de forward etanol	**-**	12.516	**-**	-	**(12.516)**	-
Efeitos de diferença depreciação fiscal x vida útil	**(10.809)**	(10.288)	**(521)**	(2.383)	-	-
Efeito variação IFRS 16/CPC06	**24.346**	10.038	**14.308**	6.347	-	-
Líquido	**216.911**	217.347	**61.091**	(4.079)	**(61.527)**	159.130

(a) A Administração da Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O saldo remanescente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa de contribuição social escriturado nas obrigações fiscais, deduzidos do ativo fiscal diferido constituído no exercício, e não registrado contabilmente é de aproximadamente R$143.326. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses em um prazo máximo de dez anos. A Companhia levou em consideração ainda o aumento da lucratividade e da base tributável nos últimos exercícios. A realização esperada dos impostos diferidos em 31 de março de 2022 é como segue:

	Consolidado
01/04/2022 a 31/03/2023	**12.345**
01/04/2023 a 31/03/2024	**27.927**
01/04/2024 a 31/03/2025	**40.408**
01/04/2025 a 31/03/2026	**29.085**
01/04/2026 a 31/03/2027	**30.160**
01/04/2027 a 31/03/2032	**76.987**
	216.912

Reconciliação da taxa efetiva	Consolidado 2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**140.200**	202.140
Alíquota nominal	**34%**	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	**(47.668)**	(68.728)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Diferença de depreciação vida útil x fiscal	**(520)**	(2.434)
Reconhecimento de prejuízo fiscal e base negativa	**73.851**	18.889
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	**(2.980)**	(6.587)
Subvenções	**38.973**	34.938
Outras	**(6.771)**	(2.057)
Imposto de renda e contribuição social	**54.885**	(25.979)
Corrente	**(6.206)**	(21.900)
Diferido	**61.091**	(4.079)

Reconciliação da taxa efetiva	Consolidado 2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	195.085	176.161
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	(66.329)	(59.895)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Resultado de equivalência patrimonial	68.544	61.226
Prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	(2.215)	(1.331)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Corrente	-	-
Diferido	-	-

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro tributável anual. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

27 Receita líquida - As receitas operacionais do Grupo são compostas pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo e energia elétrica.

	Consolidado 2022	2021
Receita bruta de vendas e serviços:		
Etanol mercado interno	**1.035.191**	725.604
Etanol mercado externo	**62.930**	-
Açúcar mercado interno	**33.067**	1.842
Açúcar mercado externo	**990.281**	734.777
Hedge accounting (nota 25)	**(324.621)**	(105.253)
Energia elétrica	**107.515**	102.450
CBIOs	**12.520**	9.147
Outras receitas	**16.482**	20.485
Receita bruta	**1.933.365**	1.489.052
Impostos sobre vendas	**(135.654)**	(114.047)
Receita líquida	**1.797.711**	1.375.005

Compromissos com Contratos - Açúcar Mercado Externo - As controladas da Companhia operam principalmente no mercado de commodities e possuem diversos acordos no mercado de açúcar, através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras. Os compromissos de venda de açúcar, em 31 de março de 2022, estão demonstrados abaixo em toneladas (t) conforme cronograma por safras e por unidade produtora:

Safra	Vale do Tijuco	Vale do Pontal	Usina Canápolis	Total
22-23	**330.000**	**118.000**	**88.800**	**536.800**
23-24	**124.000**	**56.000**	**-**	**180.000**
Total geral	**454.000**	**174.000**	**88.800**	**716.800**

Etanol mercado interno - As controladas da Companhia possuem compromissos firmados para venda de etanol hidratado para safra 2022/2023, conforme demonstrado abaixo em metros cúbicos (m³):

Safra	Vale do Tijuco	Vale do Pontal	Usina Canápolis	Total
Anidro	**8.313**	**54**	**56**	**8.423**
Hidratado	**7.603**	**-**	**3.517**	**11.120**
Total geral	**15.916**	**54**	**3.573**	**19.543**

Energia elétrica - A controlada Vale do Tijuco possui contrato de fornecimento de energia elétrica junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, firmado através de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, prevê o fornecimento de 876.000 Mwh, durante o período compreendido entre abril de 2010 e março de 2025, com correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. A controlada Vale do Pontal possui contrato de fornecimento de energia elétrica junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, firmado através de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, prevê o fornecimento de 2.125.000 Mwh, durante o período compreendido entre abril de 2023 e março de 2048, com correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. As controladas Vale do Tijuco e Vale do Pontal também possuem contratos de venda de energia com outras empresas até a safra 2024/2025. Segue abaixo o fluxo das entregas para as próximas safras em Mwh:

Safra	Vale do Tijuco	Vale do Pontal	Total
2022 / 2023	**138.762**	**73.810**	**212.572**
2023 / 2024	**209.992**	**89.996**	**299.988**
2024 / 2025	**238.680**	**15.000**	**253.680**
Total	**587.434**	**178.806**	**766.240**

Arrendamentos e contratos de parceria agrícola - As controladas Vale do Tijuco, Vale do Pontal e Usina Canápolis, possuem contratos de arrendamento de terras e parceria para cultivo de cana-de-açúcar, cujos direitos de uso foram reconhecidos conforme demonstrado na nota explicativa 18, e os passivos relacionados estão demonstrados na nota explicativa 21.

28. Gastos por natureza - A Companhia apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado 2022	2021
Custo das vendas e serviços		
Amortização tratos	**(113.713)**	(82.906)
Amortização do plantio	**(93.620)**	(51.754)
Compra de cana fornecedor na esteira	**(517.331)**	(415.725)
Amortização do direito de uso e parcerias agrícolas	**(125.971)**	(72.281)
Depreciação	**(69.163)**	(62.817)
Amortização de entressafra	**(132.983)**	(84.870)
Custos com corte, carregamento e transporte (CCT)	**(190.128)**	(165.446)
Custos industriais	**(97.947)**	(104.792)
Custo de serviços	**(20.081)**	(9.578)
Outros custos	**(726)**	(4.800)
Variação do valor justo de ativos biológicos	**51.947**	39.464
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	**51.674**	43.719
Total	**(1.258.042)**	(971.786)

	Consolidado 2022	2021
Despesas com vendas		
Fretes e carretos	**(100.361)**	(68.397)
Tarifas decorrentes da distribuição de energia elétrica	**(7.919)**	(5.489)
Despesas com pessoal	**(5.026)**	(3.736)
Outras despesas comerciais	**(12.564)**	(6.796)
Depreciação e amortização	**(2.907)**	(1.918)
Total	**(128.777)**	(86.336)

	Consolidado 2022	2021
Despesas administrativas		
Despesas com pessoal	**(24.971)**	(20.505)
Serviços de terceiros	**(19.635)**	(12.713)
Outras despesas administrativas	**(8.741)**	(5.419)
Depreciação e amortização	**(4.493)**	(2.086)
Total	**(57.840)**	(40.723)

	Consolidado 2022	2021
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Receita com perdão de dívidas(a)	**-**	22.929
Outros investimentos – cota de cooperativa	**3.612**	-
Baixa de arrendamentos	**10.408**	665
Resultado na venda de produtos do almoxarifado	**5.771**	4.541
Reversão de obrigações atuariais	**2.148**	-
Outras despesas e receitas	**3.870**	1.628
Total	**25.809**	29.763

(a) Em 30 de setembro de 2020, foi concedido pela Bacuri Agrícola Ltda. o perdão de dívidas da Vale do Pontal no montante de R$22.929, conforme previsto no contrato de venda de quotas da empresa Bacuri Agrícola Ltda. pela Vale do Pontal para a Usina Cerradão Ltda.

29. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado 2022	2021
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(161.715)**	(87.975)
IOF	**(7.642)**	(6.127)
Perdas com ajuste a valor justo - derivativos	**(88.903)**	(87.117)
Perdas efetivas - liquidação de operações -derivativos	**(26.195)**	(15.891)
Variação cambial passiva	**(49.979)**	(62.873)
Outras despesas financeiras	**(23.029)**	(13.477)
Juros sobre arrendamentos	**(108.543)**	(46.773)
Tarifas bancárias	**(11.733)**	(11.882)
Total	**(477.739)**	(332.115)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	**18.421**	6.020
Ganhos com ajuste a valor justo - derivativos	**106.102**	128.936
Ganhos efetivos - liquidação de operações - derivativos	**1.060**	9.496
Variação cambial ativa	**69.444**	53.899
Outras receitas financeiras	**8.160**	8.457
Juros sobre arrendamentos	**35.688**	21.543
Total	**238.875**	228.351
Resultado financeiro, líquido	**(238.864)**	(103.764)

30. Lucro por ação - O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do Lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias no período. O lucro básico e diluído é igual, por não existirem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de lucro líquido e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	Consolidado e Controladora 2022	2021
Lucro líquido do exercício	**195.085**	176.161
Quantidade de ações média durante o exercício	**1.258.415.912**	1.161.249.064
Lucro por ação – básico e diluído (em reais)	**0,1550**	0,1517

31. Partes relacionadas - a) Remuneração de pessoal chave da Administração - O pessoal chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de março de 2022, a título de benefícios de curto prazo foram de R$6.385 (R$8.018 em 31 de março de 2021), registrados no grupo de despesas administrativas e gerais, e incluem salários, bônus, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos. A assembleia geral aprovou o montante de remuneração global anual dos administradores no total de R$ 5.750 para os exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021, entretanto o valor está sujeito a alterações conforme política de bonificação aprovada pela Companhia. b) Principais saldos de transações - As transações efetuadas junto às partes relacionadas, excetuando a compra de matéria-prima, a qual é feita de acordo com o preço de mercado, são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas. Os saldos com partes relacionadas, que são compostos por transações com os acionistas ou empresas ligadas aos acionistas, estão apresentados como seguem:

		Controladora 31/03/2022	Controladora 31/03/2021	Consolidado 31/03/2022	Consolidado 31/03/2021
Ativo circulante					
Créditos com partes relacionadas					
Rio Grande Investment PTE. LTD.	(i)	**4.425**	-	**4.425**	-
JF Investimentos S.A.	(i)	**4.425**	-	**4.425**	-
Subtotal		**8.850**	-	**8.850**	-
Ativo não circulante					
Créditos com partes relacionadas					
Marseille Fundo de Investimentos em Participações	(i)	-	4.425	-	4.425
Rio Grande Investment PTE. LTD.	(i)	-	4.425	-	4.425
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(ii)	-	-	**28.691**	29.901
Vale do Pontal Açúcar e Etanol Ltda.	(iii)	-	41.809	-	-
Outras		-	-	-	6
Subtotal		-	50.659	**28.691**	38.757
Total		**8.850**	50.669	**37.541**	38.757
Direito de uso sobre parcerias agrícolas					
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(iv)	-	-	**228.431**	110.559
Subtotal		-	-	**228.431**	110.559
Total ativos		**8.850**	50.659	**259.689**	149.316

		Controladora 31/03/2022	Controladora 31/03/2021	Consolidado 31/03/2022	Consolidado 31/03/2021
Passivo	(v)				
Débitos com partes relacionadas					
JF Citrus Agropecuária		-	-	-	67
Terra Forte Empreendimento e Participações S.A.		-	-	**396**	502
Subtotal		-	-	**396**	569
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 19)					
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.		-	260	-	-
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	(vi)	**1.337**	1.701	-	-
Subtotal		**1.337**	1.961	-	-
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar					
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(vii)	-	-	**254.466**	114.155
Total arrendamentos e parceria agrícola a pagar		-	-	**254.466**	114.155
Total dos passivos		**1.337**	1.961	**254.862**	114.724

	Consolidado 31/03/2022	31/03/2021
Resultado		
Venda de produtos e prestação de serviços		
CZ Energy comercializadora de etanol S.A	**95.232**	-
	95.232	-
Custos e despesas com venda de produtos e prestação de serviços		
CZ Energy comercializadora de etanol S.A	**(87.517)**	-
JF Citrus Agropecuária	-	(30.045)
	(87.517)	(30.045)
Amortização de direito de uso e juros apropriados		
Marco Otávio Galvão	-	(6.310)
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	**(45.268)**	(7.651)
	(45.268)	(13.961)

(i) Saldo proveniente da incorporação da JFLIM pela Companhia. Referem-se a notas promissórias a receber. Em 30 de setembro de 2021, foi celebrado instrumento de assunção de dívida para o saldo de R$ 4.425, outrora devido pela acionista Marseille Fundo de Investimentos em Participações, para a também acionista JF Investimentos S.A., que passou a deter a obrigação a partir daquela data, com vencimento previsto em 30 de setembro de 2022. (ii) Montante concedido para a empresa Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A., com incidência de juros, calculados mensalmente com base na taxa ponderada dos empréstimos bancários do Grupo CMAA, com pagamento previsto conforme disponibilidade de caixa. (iii) Mútuo entre a Vale do Pontal e a Companhia, sem incidência de juros, liquidado em julho de 2021. (iv) Saldo referente a direito de uso sobre arrendamento de terras junto a Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A. (v) Valor referente a transações operacionais entre as partes relacionadas, como venda de insumos, materiais do almoxarifado e outros. (vi) Mútuo junto a controlada Vale do Tijuco, sem incidência de juros, e que será liquidado conforme disponibilidade de caixa da Companhia. (vii) Saldo referente a passivo de arrendamentos e cessões de parcerias agrícolas junto a Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A. que serão liquidados pelo fluxo contratual dos vencimentos. A Companhia concede aval para suas controladas em contratos de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 19. A Companhia e suas controladas concedem garantias financeiras para operações de fornecedores, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

32. Informações suplementares aos fluxos de caixa - Transações que não afetaram o caixa

	Consolidado 31/03/2022	31/03/2021
Transações que não afetaram caixa		
Direito de uso	**657.414**	251.979
Direito de uso integralizado	-	65.976
Cessão de arrendamentos e parcerias agrícolas a receber	**180.227**	109.293
Cessão de arrendamentos e parcerias agrícolas a receber integralizada	-	57.106
Ativo biológico integralizado	-	18.164
Ativo imobilizado integralizado	-	253.722
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	**837.641**	361.273
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar integralizados	-	117.745
Empréstimos e financiamentos integralizados	-	236.951

33. Cobertura de seguros - O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2022, o Grupo possui cobertura de seguros por valores considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais perdas, os quais se encontram demonstrados a seguir:

Bens segurados	Importância segurada
Responsabilidade civil	60.000
Penhor rural	15.448
Veículos	100% Fipe
Máquinas e equipamentos diversos	122.219
Patrimonial	400.000
D&O (Alta Administração)	30.000

34. Eventos subsequentes - A Companhia decidiu por meio de realização de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 13 de maio de 2022, aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas no montante total de R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), dos quais (i) R$ 42.759.968,66 (quarenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos) referentes aos lucros acumulados da Companhia, constantes do balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2021; e (ii) R$ 32.240.031,34 (trinta e dois milhões, duzentos e quarenta mil, trinta e um reais e trinta e quatro centavos) a título de dividendos intermediários, referentes aos lucros verificados no presente exercício social, a serem creditados contra o valor do dividendo obrigatório relativo ao exercício findo em 31 de março de 2022. Em 31 de maio de 2022, foi realizada uma nova AGE, onde foi deliberado sobre uma nova distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), referentes aos lucros acumulados da Companhia, constantes do balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2022. Os dividendos ora aprovados serão distribuídos aos acionistas de forma proporcional à participação de cada um deles no capital social da Companhia.

Conselho de Administração

Conselheiros
José Francisco de Fátima Santos - Presidente
Luiz Gustavo Turchetto Santos
Hansjorg Suelzle
Moleonoto Tjang
Surjadi Tirtarahardia
Mark Julian Wakeford

Diretoria Executiva
Carlos Eduardo Turchetto Santos
Alisson Venturini Colonhezi
Jeferson Degaspari
Eduardo Scandiuzzi Lopes
Marcelo Bosquetti

Contador
Fernando Pereira Falheiros
CRC/GO nº GO-026087/O-4

Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM No. 480, os Diretores da Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações declaram que reviram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de março de 2022.

Uberaba, 03 de junho de 2022.

Jeferson Degaspari - Diretor Financeiro e Relações com Investidores
Carlos Eduardo Turchetto Santos - Diretor Presidente

Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativa ao exercício findo em 31 de março de 2022.

Uberaba, 03 de junho de 2022.

Jeferson Degaspari - Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações**
Uberaba - MG

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Mineira de Açúcar a Álcool Participações (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*).

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do valor justo dos ativos biológicos - Conforme mencionado nas notas explicativas 7g e 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mensura os ativos biológicos de suas controladas, que correspondem ao produto agrícola cana-de-açúcar em desenvolvimento, através do valor justo, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à produtividade, rentabilidade, preços e taxa de desconto. Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía saldo de R$300.813 mil na rubrica de ativos biológicos, no ativo circulante consolidado. Devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e às incertezas inerentes à estimativa de valor justo dos ativos biológicos, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) entendimento e análise do modelo utilizado para a estimativa do valor justo menos despesa de venda dos ativos biológicos; (ii) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de produtividade, rentabilidade, preços e taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa; (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo dos ativos biológicos, bem como seus reflexos no resultado do exercício. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor justo dos respectivos ativos biológicos, assim como respectivas divulgações nas notas explicativas 7g e 13, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting - Conforme divulgado nas notas explicativas 7j e 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo que para parte desses a diretoria utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting) com o intuito de proteção aos riscos de volatilidade do preço de commodities, taxas de câmbio e taxa de juros. Para estar apta a aplicar o método de contabilidade de hedge, a Companhia deve cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, incluindo, mas não se limitando à documentação formal da designação para contabilidade de hedge, realização de teste de efetividade e contabilização de eventual ineficácia na demonstração do resultado. Dadas as exigências técnicas aplicáveis à contabilidade de hedge, bem como, em caso da ocorrência de designação ou comprovação de ineficácia com potencial risco de distorção nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros e em base de amostragem, (i) o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos para nos auxiliar na avaliação sobre a adequação da documentação suporte das relações de hedge, bem como a razoabilidade das principais premissas utilizadas para calcular o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos; (ii) a revisão de contratos; (iii) confirmação das contrapartes dos respectivos contratos para confirmação dos dados das operações; (iv) revisão das políticas e de memorandos da diretoria que formalizam a designação para contabilidade de hedge; (v) exames dos testes de efetividade para avaliar se as relações de cobertura são eficazes e se foram adequadamente calculados; e (vi) analise da adequação das divulgações da Companhia nas notas explicativas 7j e 25 às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento e a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos sujeitos a contabilidade de hedge, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios usados e documentações mantidas pela Companhia para utilização da contabilidade de hedge, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7j e 25, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - *Demonstrações do valor adicionado* - As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 03 de junho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Wagner dos Santos Junior
Sócio - Contador CRC-1SP-216386/O-T

Jaguara Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 00.375.614/0001-58 – NIRE 31.300.147.177

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de junho de 2022

1. Data, Hora e Local: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de junho de 2022, às 14 horas, na sede social da Jaguara Empreendimentos Imobiliários S.A. ("**Companhia**"), localizada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, na Rua Varginha, nº 300 – São Benedito, CEP 38.020-460. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **4. Mesa:** A mesa foi composta pelo Presidente, Felipe Rodrigues Gaiad de Camargo e pelo Secretário, Jefferson Baptista Tagliapietra. **5. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **5.1** a redução do capital social para restituição aos acionistas e absorção de prejuízo da Companhia; **5.2** a autorização para que o valor correspondente à restituição do capital seja efetuado em moeda corrente da República Federativa do Brasil ("**Brasil**") ou em bens para os acionistas; **5.3** a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução deliberada, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; **5.4** a consignação de que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia e restituição do capital social aos acionistas ficará condicionada ao cumprimento de determinadas condições; e **5.5** sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, da ordem do dia, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à efetivação das matérias ora deliberadas. **6. Deliberações:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas: **6.1** reduzir o capital social da Companhia excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedades por Ações, de R$ 98.329.992,00 (noventa e oito milhões, trezentos vinte e nove mil, novecentos noventa e dois reais) totalmente subscrito e parcialmente integralizado, para o valor de até R$ 10.000,00 (dez mil reais), configurando, portanto, uma redução de até R$ 98.319.992,00 (noventa e oito milhões, trezentos e dezenove mil, novecentos e noventa e dois reais), a qual poderá ser efetuada de maneira diferida com deliberações dos acionistas da Companhia, mediante a restituição de capital aos acionistas da Companhia, proporcionalmente a suas participações acionárias e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações e o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia. **6.2** autorizar que o valor correspondente à restituição do capital seja efetuado em moeda corrente do Brasil, direitos ou em bens da Companhia para com os acionistas. **6.3** consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução deliberada, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações. **6.4** registrar que a eficácia da deliberação de redução do capital social da Companhia e restituição de parte do capital social aos acionistas fica condicionada ao cumprimento das seguintes condições: **(i)** publicação da presente ata antes do seu respectivo registro, observados os critérios e regras da Lei da Sociedade por Ações; **(ii)** decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada pelos credores quirografários oposição à essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial, conforme disposto no 174 da Lei da Sociedade por Ações; e **(iii)** após o prazo para oposição aos credores ou pagamento e/ou depósito judicial aos credores, nos termos do item 6.4 acima, deliberação em assembleia geral extraordinária da Companhia homologando, total ou parcialmente, a presente redução de capital social da Companhia, bem como prazo e forma de restituição do capital aos acionistas (a qual poderá ser realizada em dinheiro, direitos ou em bens de titularidade da Companhia) ("**Assembleia de Homologação**"). A Assembleia de Homologação poderá cancelar a redução de capital, bem como homologar total ou parcialmente a redução de capital ora deliberada (e, em caso de homologação parcial da redução de capital, a Assembleia de Homologação poderá inclusive delegar poderes para assembleia subsequente homologar o restante da redução de capital) e tomar as demais medidas necessárias para alteração do estatuto social da Companhia. **6.5** autorizar a diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações e depois de lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 22 de junho de 2022. Felipe Rodrigues Gaiad de Camargo – **Presidente;** Jefferson Baptista Tagliapietra – **Secretário.**

Anúncio Velho Não resolve
NADA!
Aqui o seu anúncio tem prazo de validade porque vende MESMO!!!!!
No Online ou no tradicional
Jornal da Manhã
ANÚNCIOS COM CREDIBILIDADE